

A Defesa Nacional



Neste número :

- **A ferrovia na logística nacional dos transportes**
Gen Aurélio de Lyra Tavares
- **Individuo e Coletividade — Soldado e Exército**
Ten-Cel Alberto de A. Cardoso
- **Tendências da organização divisionária**
Maj Moacyr Pereira
- **O grupo de operações especiais e o SAR**
Cap Saraiva dos Santos

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1961/1964

DIRETOR-PRESIDENTE

Gen Aurélio Alves de Souza Ferreira

DIRETOR-SECRETARIO

Major José de Sá Martins

DIRETOR-GERENTE

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gen Armando Batista Gonçalves

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

CONSELHO FISCAL

Cel Golbery do Couto e Silva

Major Amerino Raposo Filho

Major Sady de Almeida Vale

SUPLENTES

Cel Olympio de Sá Tavares

Cel Floriano Moller

Major Germano Seidl Vidal

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos-originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Redação:

MINISTERIO DA GUERRA (Ala da R. Visconde da Gávea, 3^o and.)

Telefone: 43-0563 — Caixa Postal: 17 (do Ministério da Guerra)

RIO DE JANEIRO — ESTADO DA GUANABARA — BRASIL

Expediente externo: Diariamente (exceto sábados e domingos) das 1500 às 1800 horas.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano-
XLIX

Rio de Janeiro, GB — Jan-Fev de 1962

Números
570-571

SUMÁRIO

	Págs.
<i>Editorial</i>	3
<i>A Ferrovia na Logística Nacional dos Transportes</i> — Gen Aurélio de Lyra Tavares	5
<i>Indivíduo e Coletividade</i> — <i>Soldado e Exército</i> — Te- nente-Coronel Alberto de A. Cardoso	11
<i>Tendências da Organização Divisionária</i> — Maj Moa- cyr Pereira	15
<i>O Grupo de Operações Especiais e o SAR</i> — Cap José Carlos Saraiva dos Santos	21
<i>Modernos Problemas Militares</i> (tradução)	25
<i>Estudo Geográfico do Uruguai</i> (conclusão) — Ten-Cel Darcy Álvares Noll	31
<i>Portugal na África</i>	63
<i>Notas</i> — <i>Informações</i>	67
<i>Treinamento Antiguerrilhas</i>	67
<i>Infiltração</i>	67
<i>Alocução a Novos Sargentos</i> — Cel Gilberto Pessanha	69
<i>Dia do Reservista e a Segurança Nacional</i> — General Prof. Jonas Correia	73
<i>Serviço Militar</i> — General R1 Felicíssimo de Azevedo Aveline	79
<i>Livros</i>	78



M. I. DO EXERCITO
BIBLIOTECA DO EXERCITO

DATA	N.º
27-7-70	170



A S FÔRÇAS ARMADAS constituem organizações com grandes responsabilidades perante a Pátria.

O cumprimento das suas missões constitucionais delas muito exige, sobretudo porque sofrem incompreensões, a demagogia política as tem como assunto e, para elas se voltam aquêles que para consecução dos seus objetivos — nem sempre confessáveis — precisam antes dissociá-las, e apresentá-las em antagonismos com o povo do qual provêm.

Para vencerem essas pressões, continuando aptas à execução das tarefas que a Carta Magna lhes confiou, precisam as Fôrças Armadas, particularmente, cuidar do próprio MORAL.

Essa é uma batalha que incumbe não só aos Chefes, mas a todos que, ainda não vencidos pela força das ondas que se arrebatam sôbre as Fôrças Armadas, podem compreender a necessidade de tê-las como uma muralha invencível, para que o BRASIL possa prosseguir na realização das suas elevadas aspirações de progresso e de paladino das liberdades.

Elevado MORAL é condição primordial à existência das Fôrças Armadas. Mesmo nesta era da Ciência e Técnica não se pode pensar em vitória numa guerra sem que as tropas,

os homens que acionam os terríveis modernos engenhos de destruição, estejam possuídos de firme convicção sôbre suas missões, e inabalável decisão no sentido de cumpri-las. Em qualquer tempo será sempre verdade que "a melhor arma só tem valor quando manejada por espírito forte e resoluto".

A conquista, ou manutenção, de um adequado padrão MORAL é trabalho complexo para o qual contribuem vários fatores.

A fé na missão é importante; a convicção de que a tarefa a cumprir é de valor, muito significado tem.

O estímulo é necessário; êle exige a execução de corajosas medidas de seleção, de aprimoramento, de alijamento dos incapazes, dos vencidos, dos derrotistas.

A UNIÃO das Fôrças Armadas e dos seus membros deve ser procurada no mais alto grau.

FÉ na MISSÃO ESTÍMULO e UNIÃO são alguns pontos a cogitar na conquista, ou manutenção, de elevado MORAL.

Que todos os militares se engajem na luta por um elevado MORAL das nossas Fôrças Armadas, e, por que não dizer, também do nosso povo, já que dêle somos parte, tudo visando a vitória sôbre crises, que afinal estão a ocorrer não só no BRASIL mas em quase todo o mundo.



A FERROVIA NA LOGÍSTICA NACIONAL DOS TRANSPORTES

Gen. A. DE LYRA TAVARES

A solução de qualquer um dos grandes problemas do desenvolvimento do Brasil implica, necessariamente, a remoção prévia de um obstáculo permanente: a falta de transportes.

É evidente que essa falta tende a agravar-se, tanto mais que os transportes já são deficitários e, por isso mesmo, muito onerosos, para a missão de assegurar ao povo o seu direito mais elementar, que é o de um padrão de vida razoável, sobretudo, em matéria alimentar.

Os gêneros de primeira necessidade existem, nas zonas de produção, em escala tanto maior quanto maiores forem a procura e a remuneração. Mas, a entrega ao mercado consumidor depende dos transportes, que constituem fator decisivo na política dos preços.

Dá-se se conclui que o princípio básico de qualquer programa visando assegurar o bem-estar social do povo, no que toca à alimentação, está em aproximar, tanto quanto possível, pelo transporte rápido, econômico e suficiente, o Brasil que produz do Brasil que consome.

O planejamento de um sistema de viação deve, sem dúvida, partir de um exame de conjunto do problema, no plano nacional, adequando, primeiro, nas grandes linhas, as necessidades essenciais a serem atendidas ao tipo mais indicado de viação. Nesse trabalho de adequação, o papel da ferrovia se caracteriza como fundamento da rede de transportes terrestres, nos grandes percursos e para as grandes toneladas. Ela assume, por isso mesmo, o caráter de serviço público, inclusive pela obrigação que tem o Estado de promover ou estimular a construção dos eixos necessários e de intervir na fixação do valor do frete de modo a propiciar a circulação dos produtos e a exercer, em benefício da coletividade nacional, o controle dos preços respectivos.

O exemplo do Canadá, em matéria de política ferroviária, é típico e sugestivo. Nenhum outro país possui maior porcentagem de vias férreas em relação à população nem mais baixo preço de transportes. A respeito do assunto, o Relatório Mensal do Banco do Canadá (abril de 1954) faz o seguinte comentário:

“Nosso padrão de vida e nosso desenvolvimento econômico dependem desses transportes. O Dr. R. W. Miller, da Escola de Administração de Negócios da Universidade de Harvard declarou que os Es-

tados Unidos e o Canadá deixariam de existir, dentro de um mês, como comunidades organizadas e civilizadas, se houvesse a paralisação do seu sistema de transporte.”.

É evidente que o desenvolvimento do nosso sistema de viação, além de desordenado e incoerente, não tem respeitado as prioridades impostas pelos interesses econômicos do país, os quais, em muitos casos, coincidem com as imposições de ordem especificamente militar. O erro mais prejudicial está em que a ferrovia, pelo fato de exigir maior investimento inicial de capitais, pela posição desvantajosa em que a coloca a política tarifária e pelo inadequado aproveitamento das suas características técnicas intransferíveis, vai perdendo a posição que lhe cumpre ocupar no sistema geral de transportes, sobretudo num país de grande extensão territorial. Não é que nos faltem planos, estabelecidos na base das nossas necessidades reais. O que não tem havido é uma política firme e continuada na sua execução, sobretudo, quanto aos empreendimentos de grande duração que coincidem, de um modo geral, com os eixos coletores básicos, de necessidade indiscutível para o nosso desenvolvimento econômico.

Quanto mais fáceis as condições de transporte entre as zonas de produção e os centros de maior densidade demográfica, melhores as condições de alimentação e maior estímulo à produção. Resta saber, para cada projeto ferroviário, se o sentido inverso da circulação é de molde a justificar, simultaneamente, a sua execução, isto é, se há, também, nesse sentido, uma circulação de mercadorias que compense, em volume e em importância, a execução do empreendimento. Porque, então, o investimento a fazer será duplamente compensado e justificado. A ocorrência simultânea de necessidades de transportes essenciais, de ida e de volta, define a prioridade e o imperativo econômico do empreendimento.

Tal é o caso do dobramento ferroviário que, há meio século, o Estado-Maior do Exército reclama para ligação nova e mais eficiente entre o Triângulo Industrial do Brasil (Minas, Rio e São Paulo) e a região sul do país.

Já não é necessário raciocinar com as imposições de ordem militar que, só por si, aconselhariam a vinculação mais segura e eficiente, por uma via férrea de maior rendimento e melhores condições técnicas, do centro industrial e demográfico do país com a sua região sul.

É lógico, porém, que a coincidência flagrante e incontestável dos interesses econômicos e militares na justificação e, mais do que isso, na imposição de um empreendimento de há muito tempo reclamado e planejado, dá ao eixo ferroviário Rio de Janeiro — Rio Grande do Sul uma prioridade indiscutível.

Esse empreendimento está previsto, como se sabe, no Plano de Viação Nacional, em curso no Congresso e destinado a atualizar o Plano de 1934, único até hoje elaborado e adotado em nosso país. Antes

mesmo da aprovação do referido Plano, já se encontra em construção há cerca de 15 anos o eixo ferroviário nêle previsto, sob a denominação de Tronco Principal Sul.

A visão de conjunto das necessidades do Brasil em matéria de empreendimentos ferroviários torna indiscutível, em estudos feitos e repetidos, durante meio século, a alta prioridade que deve ser atribuída ao T. P. S.

Várias circunstâncias comprometem, porém, o estabelecimento e a execução de uma política firme no setor ferroviário. A primeira delas é a inexistência de uma compreensão realística do papel que deve representar a ferrovia no sistema nacional de viação, sobretudo quando se trata de grandes percursos obrigatórios entre as fontes de produção e de consumo. Essa incompreensão se revela no inadequado aproveitamento das características principais do transporte ferroviário, entre as quais cumpre destacar as enumeradas por Lincoln Store Harvey (Economics of National Security):

- 1ª — Meio de transporte terrestre de maior capacidade e mais econômico nas grandes distâncias (superiores a 600 kms);
- 2ª — Serviço caracteristicamente de interesse público, exigindo um corpo numeroso de especialistas, formado, educado e doutrinado no espírito de empresa, na consciência do dever e no culto da austeridade e da moralidade funcional, sem qualquer intervenção de interesses estranhos e, muito menos, nocivos à finalidade de produzir transporte eficiente e econômico;
- 3ª — Considerável rede de tráfego assegurando a flexibilidade de transportes em grande área geográfica, desde que bem projetado o sistema de conexões e asseguradas a intermutabilidade e a padronização do equipamento;
- 4ª — Fonte de energia independente do veículo transportador;
- 5ª — Composições fracionáveis em elementos menores a serem encaminhados diretamente aos pontos de destino adequadamente planejado;
- 6ª — Transporte terrestre mais econômico nas grandes distâncias, exceto o caso especial dos oleodutos;
- 7ª — Velocidade;
- 8ª — Maior independência de divisas estrangeiras, na fase de exploração.

A situação especial criada com a última guerra, inclusive o problema de importação de combustível, acarretou para o sistema ferroviário brasileiro uma série crise que, por pouco, não atingiu o colapso total.

Por outro lado, sobre a navegação de cabotagem, além de precária e mal aparelhada, pesava a ameaça de ataques submarinos que nos impuseram a perda de trinta unidades da marinha mercante, além do ônus

da navegação em comboio. Comprometida a orla marítima que representava, desde o descobrimento, o vínculo natural entre o Brasil do sul e o Brasil do norte, apelamos, à última hora, para a rota fluvial do São Francisco e para as conexões terrestres, através da improvisação do trecho Montes Claros — Monte Carmela.

O esquema estrutural da rede ferroviária nacional, constante do Plano de Viação Nacional de 1934, previa, como o ainda prevê, a longitudinal norte — sul.

Acontece, porém, que a guerra viera quando ainda mal começava a concretizar-se a política ferroviária planejada. E houve, por influência, mesmo, da situação de guerra, uma subversão transitória dessa política, não somente no norte, mas, sobretudo, no sul do Brasil. A rodovia passou a sobrelevar a ferrovia, por imposição de circunstâncias ocasionais que obscureceram, e ainda, de certa forma, obscurecem, o papel fundamental da estrada de ferro na economia nacional e na estrutura da defesa militar do Estado.

A visão objetiva do problema dos transportes, no quadro nacional, foi deformada pelo impacto de necessidades ocasionais, decorrentes de uma situação de emergência, que fazia vislumbrar na estrada de rodagem a solução mais imediata e mais palpável para os problemas encarados. O plano geral, de realização progressiva e de longa duração, destinado a prover as necessidades nacionais de transporte por meios e a preços adequados aos interesses nacionais, encarados em todos os seus aspectos, terá que basear-se num sistema de ferrovias que ligue as zonas de produção às zonas de consumo interno e aos portos aparelhados para o comércio exterior.

Terminada a última grande guerra, incrementamos, no Brasil, os programas rodoviários que foram estimulados, principalmente, pelas seguintes razões: as deficiências flagrantes da rede ferroviária, agravadas, no período da guerra; as necessidades novas de transportes a serem atendidas mediante providências a prazo curto; a superioridade dos recursos financeiros disponíveis imediatamente para a construção de rodovias, tanto federais como estaduais, particularmente o fundo Rodoviário Nacional; a política tarifária, que situou a ferrovia em posição desvantajosa para concorrer com os outros meios de transporte; a larga importação de veículos automóveis, de todos os tipos, e as facilidades de importação de gasolina, o que, inclusive, passou a constituir uma sangria permanente e desastrosa na nossa disponibilidade de divisas e aumentou o interesse pela rodovia, promovendo a sua utilização para o transporte de cargas pesadas a grandes distâncias.

Basta ver o que ocorre, presentemente, com a ligação São Paulo — Rio Grande do Sul, que representa a corrente de transportes essenciais entre o maior centro industrial do país e a região eminentemente agrícola-pastoril das fronteiras do sul. Ao mesmo tempo que se empenha o país na campanha patriótica da produção do trigo, que visa a sua auto-suficiência nesse produto, para a economia de divisas, agrava-se a

morosidade da construção do Tronco Principal Sul por falta de equipamento de importação, comprometendo-se, seriamente, o escoamento da safra de trigo, que cresce auspiciosamente, cada ano. E enquanto isso, rodam pelas rodovias, do Rio Grande do Sul para São Paulo e Rio, e vice-versa, grandes comboios de caminhões *importados*, consumindo gasolina *importada* e exigindo peças *importadas* para a sua manutenção, por força do fluxo obrigatório de mercadorias outras, que chegam ao destino oneradas em dólares, embora se trate de produtos brasileiros para consumo no Brasil.

Ninguém ignora que o atual eixo ferroviário, antiquado e ineficiente, de condições técnicas muito precárias e baixo rendimento, não responde às exigências de transportes normais do sul para o centro industrial do país nem está em condições de atender às solicitações do nosso progresso econômico nem às outras exigências da segurança nacional. Em qualquer sistema geral de viação, a ferrovia deve figurar no seu papel específico de meio de transporte de grandes cargas a grandes distâncias, sob pena de desvirtuar-se o seu emprêgo econômico nas linhas-troncos da circulação das nossas riquezas.

Por outro lado, ela só se justifica quando se estima uma densidade de tráfego mínimo, imprescindível à obtenção de um custo razoável de transporte, o qual pode tornar-se mais elevado do que o do transporte rodoviário, nas linhas de fraca corrente de tráfego.

Desde que não preencha tais condições, seja pelo planejamento inadequado, seja por deficiências técnicas ou de exploração, a ferrovia constituirá elemento oneroso e injustificável em qualquer sistema de transportes, e não resistirá à concorrência fatal das outras vias.

A ação governamental deve intervir no sentido de que as disponibilidades financeiras, que são limitadas, em vez de ser pulverizadas em pequenos empreendimentos sem maior, ou nenhuma, repercussão na economia nacional, sejam firmemente concentradas no apressamento dos que são mais reclamados por essa economia.

A boa política está em planejar, com segurança, para estabelecer prioridades dentro de tais premissas, e esse planejamento baseado no conjunto das necessidades nacionais, em transportes, situará o papel de cada ferrovia no sistema nacional de viação para o fim de programação e execução, de acôrdo com as prioridades e nas condições estabelecidas.

O ponto crítico da execução dos programas de empreendimentos ferroviários tem sido o problema do seu financiamento, que transcende, como é óbvio, o quadro do orçamento normal. Nem mesmo a criação de um Fundo Ferroviário, em bases idênticas às do Fundo Rodoviário, seria meio hábil para atender às necessidades fundamentais vultosas de ampliação do nosso sistema ferroviário.

Aliás, a criação sucessiva de Fundos especiais para a solução dos grandes e numerosos financiamentos, destinados a empreendimentos de base, terminaria por subverter os princípios em que se baseia a elabo-

ração do orçamento da União, além de esgotar a capacidade tributável das fontes normais da receita pública. Além disso, são numerosos os problemas de base que exigem, no Brasil, uma solução extra-orçamentária. O fenômeno é semelhante ao que ocorre em outros países, de estágio de desenvolvimento econômico muito mais adiantado. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, no que se refere aos chamados "programas de segurança", a respeito dos quais nos permitimos extrair as seguintes considerações do livro citado, de Lincoln-Harvey-Stone: — "Não é de esperar que possamos financiar, a longo prazo, programas que dêem aos Estados Unidos uma garantia de cem por cento de segurança contra qualquer eventualidade. O orçamento do país não é tão grande. Torna-se necessário aceitar alguns riscos previstos e selecionar programas elaborados, cotejando, em face dêles, os recursos totais disponíveis para a segurança. Trata-se, assim, de estabelecer, em tal base, o confronto entre as medidas de segurança, o que não pode ser feito em bases matemáticas rígidas. Ninguém pode comprovar que, estabelecido um total máximo aproximado para as despesas com a segurança, seja preferível desenvolver o programa de energia atômica e reduzir o auxílio exterior, ou aumentar êsse auxílio, reduzindo o efetivo da Marinha, ou conservar o efetivo naval com prejuízo do Exército e da Aeronáutica. Ninguém pode estabelecer com precisão a distribuição certa de recursos financeiros do Estado, o que leva a empregá-los, preferencialmente, em investimentos de benefícios reais para a economia nacional".

Economia significa segurança e a racionalização dos transportes significa economia, além de repercutir, direta e imediatamente, no sistema de defesa do território, sobretudo nos países de grande espaço geográfico, de áreas insuladas do progresso e de grandes vulnerabilidades disso mesmo decorrentes.

DEVER MILITAR E POLÍTICA PARTIDÁRIA

UM LIVRO PARA MILITARES E CIVIS

pelo

MARECHAL E. LEITÃO DE CARVALHO

Livraria Civilização Brasileira

Cr\$ 250,00

RUA 7 DE SETEMBRO, 97

RIO DE JANEIRO

INDIVÍDUO E COLETIVIDADE — SOLDADO E EXÉRCITO

Ten-Cel ALBERTO DE A. CARDOSO,
Oficial de EM

Sentir-se feliz, realizado, é o direito supremo do Homem, o objetivo final de sua vida. Para atingi-lo, atua nos planos físico, intelectual, moral e espiritual. Sem dúvida que age, antes de tudo, como indivíduo; mas não está imune, em momento algum, às ações e reações de seus semelhantes, também em busca dos respectivos ideais.

Além disso, o afeto, o interêsse, e até as circunstâncias, conduzem à formação de grupos. E as entidades coletivas — famílias, classes, turmas, gerações, partidos, Nações, etc. — como que ganham vida, que insuflada embora pelos anseios e conquistas dos seus componentes, tem algo de próprio, de autônomo, traduzindo-se na mesma procura de realização e felicidade.

Desta forma, o homem e a coletividade, não obstante visem ao mesmo fim, às vêzes se tornam concorrentes, quase antagonistas. O bem de todos, que deve ser a meta grupal, impõe medidas que afetam, iniludivelmente, a realização das metas individuais. Surgem daí os conflitos e desajustamentos, nefastos à concretização quer dos objetivos de cada um, quer dos propósitos do grupo.

O homem se rebela, deblatera; e quando se acomoda é um frustrado, um improdutivo.

O ser coletivo torna-se emperrado, perde de vista as próprias finalidades, voltado exclusivamente para a solução — quase o esmagamento — dos distúrbios oriundos da insatisfação dos seus afiliados.

A COLETIVIDADE EXÉRCITO

O Exército é uma coletividade peculiar. A sua maior parte — o pessoal conscrito — vê no serviço das armas apenas uma obrigação incômoda, ainda que patriótica. Não influi ativamente, por uma infinidade de motivos, na vida grupal; apenas se deixa conduzir, com os olhos fitos no dia em que será licenciada a classe.

É verdade que muitos levam do quartel as recordações mais gratas; é inegável que êsse ano de contenção, de disciplina, tem na vida de tantos os efeitos mais salutares.

Quem não conhece um caso de rapaz rebelde, avêso a qualquer obrigação, que toma rumo certo, após a lida na caserna? Quantos aprendem, através da democracia impessoal das escalas, que não há tarefa adequada para uns e indigna de outros!

A "faxina", sob este aspecto, tem um sentido moral que escapa à percepção da maioria. Quanta grandeza existe na execução de um serviço estafante, desagradável, quando se sabe que ele é feito para o bem comum e que amanhã, irrecorrivelmente, outros o estarão realizando em nosso benefício!

Talvez fôsse preciso encarar com maior atenção o ângulo educativo, democratizador, do serviço militar. Eis uma das muitas missões para a outra parte do Exército — o pessoal de carreira.

Aí, sim, estão os indivíduos que dão vida à corporação; aqueles que, por sua vez, têm as próprias existências marcadas e condicionadas pelas normas estabelecidas em favor do todo.

O INDIVÍDUO SOLDADO

Que é o Soldado profissional? Em essência, o mesmo que qualquer criatura humana: um ente que busca, enquadrado em seu meio, realizar-se e ser feliz. Não há negar, porém, que a própria finalidade do grupo a que pertence — e por ele *escolhido* — lhe impõe condições e modos de agir característicos.

É obrigado ao trabalho em conjunto. Faz-se membro de uma equipe. Mas as doçuras das longas convivências — há cidadãos que nascem, crescem e morrem na mesma cidadezinha, no mesmo bairro, e até na mesma casa! — lhe são negadas...

Seus esforços profissionais têm de ser desinteressados, no sentido financeiro, pois em nada influirão na paga que recebe. Que diferença em relação a um médico, por exemplo, que quanto mais se destaca entre os pares, maiores proventos auferirá!

Finalmente, o militar passa a vida a preparar-se para aquilo que ninguém, *nem ele mesmo*, deseja ver concretizado — a guerra, seja externa ou civil.

É necessário, pois, que esse indivíduo se revista de convicções, antidotos contra o desgaste físico, intelectual, moral e espiritual que o próprio modo de ser da carreira engendraria. Assim, ele preserva a felicidade pessoal e concorre para a consecução dos alvos grupais.

Mas é preciso, em contrapartida, que o Exército vá ao encontro do homem, lhe dê apoio, para o bem de todos e de cada um.

INTEGRAÇÃO

Só encontra condições para ser útil, a si mesmo e à corporação, aquela que se aplica irrestritamente à militância. Não compete ao Soldado, por exemplo, acompanhar o que se passa nas demais profissões, cujos integrantes — é sempre o que se diz... — gozam de vida confortável e sem problemas.

Não se pode ter o coração na carreira escolhida e o cérebro voltado para outras. É fatal que em pouco tempo o entusiasmo arrefeça, a dedicação ceda lugar à indiferença.

Entretanto, é imperioso que o militar não sinta o acicate das privações, pessoais e principalmente no lar, a fim de imunizar-se contra o desejo muito humano de se voltar para fontes menos avaras; é mister,

por outro lado, que êle encontre em seus afazeres a motivação e os recursos capazes de dar encanto à lida diária, e não apenas limitações e obstáculos.

Aí está, pois, o primeiro passo: ao Soldado incumbe *dedicar-se* ao exército; a êste, *estimular* tal dedicação. O indivíduo concorrerá para a sua própria realização e a dos objetivos comuns; o grupo criará o ambiente para essa atividade que o beneficiará.

“Ao Exército tudo se deve dar e nada exigir dêle — nem mesmo compreensão”. Entretanto, até por interêsse cabe a êste Exército, *do qual nada se exige*, tomar a iniciativa no estabelecimento de medidas que, assegurando o equilíbrio das individualidades, concorrerão para o aperfeiçoamento do conjunto.

* * *

Depois de “dedicar-se”, o verbo mais importante para o Soldado de carreira é: *confiar*.

Por que julgar-se alguém honesto, cumpridor do dever, e não acreditar que os companheiros de armas — “vinhoda mesma pipa” — também o sejam?

Se houver um problema que fuja à sua alçada, toca pura e simplesmente, ao militar, apontá-lo aos superiores, com sugestões pertinentes. Daí em diante, êle deve *saber* que alguém, com recursos mais amplos, estará honesta e dedicadamente — tal como êle o faria — procurando a solução melhor, dentro de contingências talvez ignoradas pelo proponente.

A êste alguém, entretanto, representando o Exército como coletividade, impõe-se uma retribuição: *informar*.

Quanta crítica poupada, quando se sabe objetivamente que as deficiências estão sendo analisadas, e se conhece o porquê de uma diretriz aparentemente incompreensível! Podem surgir antagonismos até entre secções de uma mesma organização, simplesmente por ignorância do que se faz em cada uma, no interêsse geral. Que dizer das incompreensões capazes de solapar o conjunto da corporação, e cujo exemplo clássico seria o da antiga quizília entre o estado-maior e a tropa? Examinada a questão atentamente, logo se descobriria a raiz dessa disputa vã: alheamento mútuo.

* * *

Tudo, porém, será difícil, se os atritos inevitáveis no funcionamento da máquina militar, tão cheia de engrenagens, não forem neutralizados pela inteligência, compreensão, e sobretudo pelo afeto que deve unir a classe.

Somos seres humanos, falíveis, variáveis, contraditórios, por muito que desejemos nos aperfeiçoar. A esta condição se devem os desentendimentos, desvios de conduta, atitudes precipitadas, os pequenos egoísmos, que muitos não sabem relevar. Não acontece o mesmo até entre os membros duma família?

O que se perdoa a um irmão, desculpe-se também a um camarada. Tanta coisa nos congrega, na carreira comum, que fôra fraqueza permitir que incidentes mínimos turvassem essa união. É, pois, dever do Soldado, dar vida ao seu terceiro verbo: *unir*. Sem isto sofrerá o prestígio da classe: dividida, debilitada, como conquistar o acatamento, que é condição precípua para a realização de suas metas e para o cumprimento de suas finalidades?

Eis, de novo, a ação individual resguardando o interesse do Exército. E como sempre, também ao todo incumbe uma recíproca: *tranqüilizar*.

Grande parte dêsse trabalho se realizará em conseqüência do "informar", segunda grande atribuição da coletividade. O homem esclarecido é um homem tranqüilo, em melhores condições para compreender e até para corrigir, sem exaltação, os enganos de outrem.

A informação constante, objetiva, séria, torna desnecessária a busca desordenada de interpretação, feita por esforço individual e de pequenos blocos, e que resulta sempre na mais que indesejável formação de partidos, facções, alas ou que nome tenham.

Tranqüilizar é também, quando necessário, reprimir. Se apesar de viverem numa ambiência produtiva, em condições compatíveis, quanto ao bem-estar, com as legítimas aspirações humanas; se a despeito de ser a confiança o sentimento geral da classe, e de florir a união, como resultado do esforço consciente de cada um; se, embora tudo isto, aparecerem indivíduos que timbrem em solapar, destruir, subverter, dividir, arruinar, denegrir, indispor, inquietar, prejudicar, interferir, exorbitar, ferir, provocar, infensos à ação tranqüilizadora bem intencionada — torna-se imperativa a repressão. Repressão eficaz e oportuna, que simultaneamente cerceie a atividade deletéria dos desajustados irremediáveis e convença a todos da justiça e necessidade do procedimento corretivo.

CONCLUSÃO

Podemos ver, então, quais os guias para a integração. Soldado-Exército. Ao primeiro, ao indivíduo, propõe-se a grande norma: *dedicar-se — confiar — unir*.

Ao Exército, ser coletivo, o programa: *estimular — informar — tranqüilizar*.

De que forma pôr em prática êsses alevantados propósitos?

Cada título poderia abranger um novo estudo.

Vai muito de cada um, na concretização de seus ideais. Tendo-se, porém, um objetivo único, as peculiaridades de atuação, ao invés de constituírem empêço à conquista comum, se transformam em atrativos, nas relações cotidianas.

Para o Exército, o *modus faciendi* que adotar em face daquelas nobres metas pode chamar-se: *Administração*.

Dediquemo-nos ao nosso dever. *Confie*mos em nós mesmos, nos superiores, nos camaradas e nos subordinados. *Unamo-nos*.

Realizemo-nos, para sermos felizes.

TENDÊNCIAS DA ORGANIZAÇÃO DIVISIONÁRIA

Major MOACYR PEREIRA
Oficial de EM

“A organização das unidades e o tipo dos armamentos devem, evidentemente, adaptar-se aos imperativos da guerra que se pretenda realizar ou que nos venha a ser imposta”.

Gen MARCEL CARPENTIER
Ex. Francês

Dentre os fatores que levam à constante evolução organizacional, um tem importância preponderante: o armamento. Quando algo de novo surge sob esse aspecto, dependendo da importância que adquire no campo de batalha, surgem, também, múltiplos problemas de organização e de emprego — muitas vezes, de difícil e demorada solução.

Assim foi, no passado, com o aparecimento da arma automática-portátil e do carro de combate. Assim é hoje, com o advento da arma nuclear — ou, mais precisamente — dos engenhos nucleares táticos, tipo canhão de 280 mm e “Honest John” (americanos) e T-5B e T-5C (soviéticos).

Tais armas, dotadas de extenso poder de destruição, levam os países mais diretamente ameaçados a buscar novas organizações, que possam enfrentar, com sucesso, os atômicos inimigos e que tenham capacidade para empregar os que lhes forem atribuídos.

Eis porque os norte-americanos abandonaram as tradicionais divisões ternárias, com tanto sucesso empenhadas na Segunda Guerra Mundial, e adotaram a solução de base quinária.

Tal solução, esquematicamente apresentada na Fig. 1, é caracterizada por:

— supressão de um dos escalões intermediários, entre a companhia e a divisão;

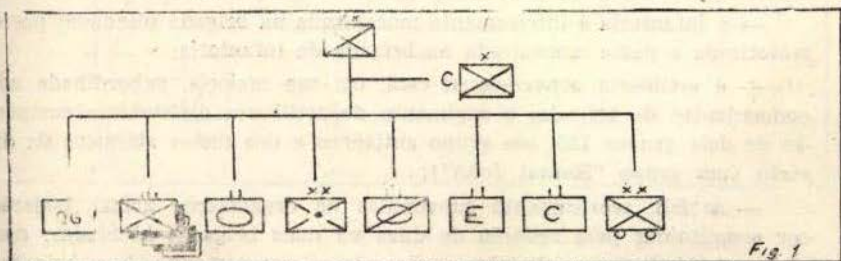


Fig. 1

— constituição com o mesmo número de unidades das armas (5 grupos de combate, 5 baterias 105 na AD, 5 companhias de carros no BCC, 5 companhias de engenharia no BE), permitindo organizar, portanto, 5 elementos combinados;

— criação dos trens divisionários, nos moldes existentes na DB convencional, e incluindo um batalhão de transportes e uma companhia de aviação, que aumentam a mobilidade da DI;

— atribuição de maior potência de fogo ao comandante da divisão, pela possibilidade de empregar projéteis com carga atômica e pela existência de quatro baterias de ação de conjunto na AD (duas de Can 155, uma de Ob 8" e uma de 762, "Honest John").

Simultaneamente, com a adoção deste novo tipo de DI, os norte-americanos alteraram, também, as DAet — dando-lhes, coerentemente, organização quinária — e modificaram, se bem que de forma menos substancial, as DB, que passaram a dispor de poder de fogo atômico.

Curiosamente, os demais países do mundo ocidental não adotaram — nem mesmo se aproximaram (com exceção da França) — da nova organização americana. Da mesma forma preocupados com o problema atômico, chegaram, todavia, a conclusões diferentes. Assim, a Alemanha Ocidental, por exemplo, desde 1958, orientou os seus estudos no sentido da criação de uma "unidade" de armas combinadas mais leve que a divisão, capaz de enquadrar reforços consideráveis e podendo reunir-se a "unidades" semelhantes, constituindo, então, um nível correspondente ao atual divisionário. Chegaram, então, os germânicos, às chamadas "brigadas básicas".

O exame minucioso da organização alemã (esquemáticamente apresentada na Fig. 2), permite observar que:

— ambos os tipos de brigada (de infantaria e blindada) possuem infantaria e carros, pelo que talvez fôsse mais adequado dizer-se "brigada com predominância de infantaria" e "brigada com predominância de carros";

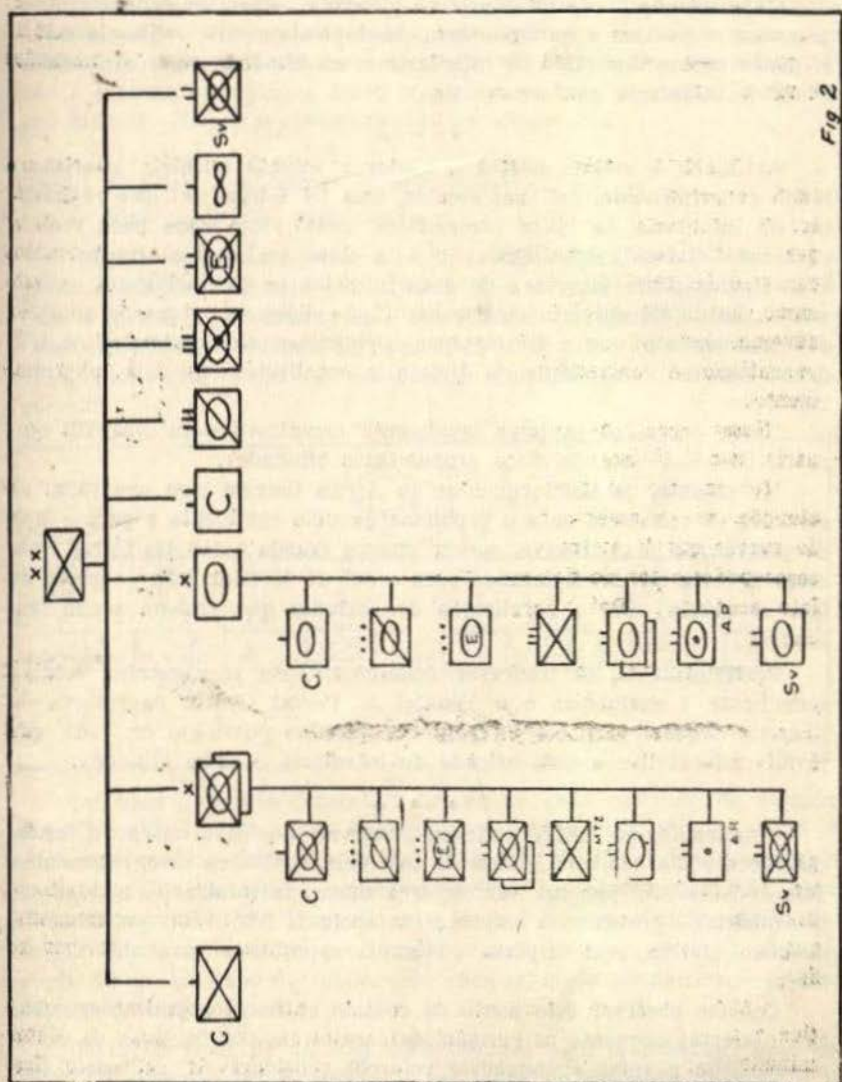
— a integração das armas (infantaria, blindados, cavalaria, artilharia, engenharia) se faz no escalão brigada;

— as brigadas são aptas a combater independentemente durante alguns dias, dispondo, para isso, de limitado apoio logístico;

— a infantaria é inteiramente mecanizada na brigada blindada; parte motorizada e parte mecanizada na brigada de infantaria;

— a artilharia convencional está, em sua maioria, subordinada aos comandantes de brigada; o regimento de artilharia divisionário compõe-se de dois grupos 155, um grupo antiaéreo e dos meios atômicos da divisão (um grupo "Honest John");

— as DB, teoricamente suprimidas na organização alemã, poderão ser constituídas pela reunião de duas ou mais brigadas blindadas; normalmente, todavia, as divisões serão mistas, comportando duas brigadas de infantaria e uma blindada.



A GRÃ-BRETANHA, que até 1955-56 não havia evoluído no sentido de tornar mais leves e móveis suas divisões, finalmente reviu a organização da GU básica e chegou a "grupamentos de brigadas" bem semelhantes à solução alemã.

Cada brigada — de infantaria ou blindada — terá unidades de tôdas as armas e serviços e compreenderá, fundamentalmente, artilharia média e quatro regimentos (três de infantaria e um blindado ou três blindados e um de infantaria, conforme o tipo).

* * *

A FRANÇA estêve prestes a adotar a solução quinária americana, tendo experimentado, em suas escolas, uma DI à base de cinco regimentos de infantaria (a cinco companhias, cada), idealizada para evoluir para uma divisão mecanizada, isto é, a cinco regimentos transportados em veículos sôbre lagartas. Os demais meios se assemelhavam, grosso modo, aos da DI quinária americana. Como diferença digna de atenção, devemos lembrar que a DI francesa apresentava dois comandos de GT, permitindo, ao comandante da divisão, a constituição de dois subgrupamentos.

Nessa época, os gauleses igualmente experimentaram uma DB quinária, isto é, à base de cinco grupamentos blindados.

No entanto, os acontecimentos na África fizeram com que tôdas as atenções se voltassem para o problema daquele continente e para o tipo de guerra que lá se travava, mesmo porque grande parte das forças francesas poderia ter de deslocar-se para o sul do Mediterrâneo — como de fato aconteceu. Daí a paralisação dos estudos que vinham sendo realizados.

Posteriormente, os franceses examinaram, em suas escolas, solução semelhante à germânica e o Ten-Cel J. Perret Gentil, da reserva do Exército daquele país, nos informa, em trabalho publicado em 1961, que já foi dado efetivo a uma brigada de infantaria e outra blindada.

* * *

Finalmente, na URSS, podemos observar que as divisões de formação recente são, também, à base de três unidades — no caso, regimentos. Tais divisões são, por sua vez, de três tipos: de infantaria, blindadas e mecanizadas — estas para emprêgo em apoio às DB. Têm, normalmente, pequeno efetivo, mas dispõem de ampla capacidade para absorver reforços.

Convém observar êste ponto de contato entre as organizações soviética e alemã: enquanto os germânicos concluíram por brigadas de determinado tipo e aptas a enquadrar reforços consideráveis, os russos fizeram o mesmo — mas em relação às divisões.

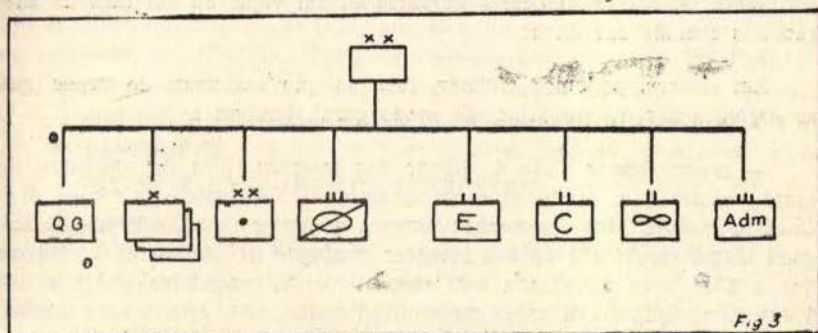
* * *

É, pois, verdadeiro dizer-se que os norte-americanos introduziram modificações, em suas GU, que não foram aceitas por nenhum outro país.

Mais tarde, as soluções adotadas pelos demais exércitos aliados, por um lado, bem como as ações limitadas, de caráter convencional, desencadeadas na ÁSIA e na ÁFRICA, fizeram ver que a organização quinária, que talvez respondesse perfeitamente à guerra nuclear (só a experiência da guerra poderia confirmá-lo), não era a mais adequada para atender aos vários tipos de guerra, nem aplicável em tôdas as regiões geográficas. Surgiu, ainda, a conveniência de aumentar a mobilidade tática e a proteção orgânica, tanto no campo de batalha nuclear, como no não nuclear. Daí os norte-americanos decidirem-se a :

- modificar suas atuais divisões quinárias, e a
- criar as divisões mecanizadas.

Nessa reorganização procuraram, a exemplo dos alemães — mas chegando à solução diferente — um nôvo grau de uniformidade que facilitasse a instrução e a estruturação das divisões. Chegaram, assim, a uma “base divisionária”, comum aos quatro tipos de GU (de infantaria, blindada, mecanizada e aeroterrestre), cuja constituição é indicada na figura 3.



Tal base permitirá controlar, através de cada comando de brigada, 2 a 5 batalhões de manobra, bem como os demais elementos de apoio. A AD compreenderá cinco grupos dos quais três de 105 e dois de ação de conjunto. O regimento de apoio administrativo centralizará num batalhão de suprimento e transportes e noutro de manutenção várias das funções antes executadas por unidades dos diversos serviços; disporá, ainda de um batalhão de saúde, uma companhia de administração e uma companhia de comando.

Os vários tipos de divisões serão obtidos pela reunião da “base comum” a diversas combinações de batalhões de manobra. Assim, uma DB terá, aproximadamente, igual número de batalhões de carros e de infantaria (5 a 6 de cada, por exemplo); uma D Mec terá maior proporção de infantaria blindada (como exemplo: 7 BIB e 3 BCC); uma DI ou uma DAet, superioridade em infantaria (8 BI e 2 BCC; 9 BIAet e 1 BCanAss, como exemplos).

As novas organizações divisionárias americanas permitem observar que:

— foram mantidos os tipos de GU até agora existentes (DI, DB, DAet). Alega a Secretaria da Guerra que “ainda não é exequível uma única organização divisionária, completamente equipada, para emprêgo em múltiplas missões, em todos os tipos de guerra e em qualquer terreno”;

— será criada a divisão mecanizada, para dar maior mobilidade e proteção orgânica à infantaria;

— haverá uma “base divisionária” igual em tôdas as divisões;

— será reduzida a motorização das DI, as quais terão capacidade para enquadrar — quando se tornar necessário — refôrço de veículos;

— haverá um retôrno à organização ternária; porém, não à forma rígida do pós-guerra, e, sim, a outra, extremamente flexível, graças à existência de comandos (de brigada) capacitados a enquadrar um número extremamente variável de unidades de diversos tipos. Haverá, conseqüentemente, coerência com a organização em vigor ou em face de adoção nos demais exércitos.

Em síntese, podemos afirmar, face ao que acabamos de expor, que as organizações divisionárias, de modo geral, tendem a:

— *assemelhar-se* (isto é, dispor dos mesmos tipos de unidades, de igual constituição, ainda que em quantidade diferente): a “base divisionária comum” dos americanos serve a qualquer tipo de divisão; a brigada alemã também é apta a integrar qualquer GU desse nível. Mesmo que a afirmativa americana seja absolutamente verdadeira (“Ainda não é exequível uma única organização divisionária...”), esta é uma tendência indiscutível das futuras divisões, as quais cada vez deverão ter maior similitude umas com as outras;

— *tornar-se ainda mais flexíveis*, face à existência de comandos capazes de enquadrar número variável de unidades e face à rápida evolução da técnica, influnido particularmente no armamento e nos equipamentos disponíveis;

— *fixar-se na constituição ternária*, à base de brigadas, constituídas por batalhões de manobra apoiados por unidades de artilharia e engenharia, adequados ao cumprimento da missão;

— *dispor de potência de fogo cada vez maior*, face, principalmente, à existência de atômicos no nível divisionário;

— *dispor de recursos aéreos cada vez mais amplos*. No momento, a unidade divisionária de aviação é, no máximo, do nível batalhão; todavia, a tendência geral é dotar-se, futuramente, os batalhões de manobra, com meios de transporte aéreo orgânicos.

O GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS E O SAR (1)

Cap JOSÉ CARLOS SARAIVA DOS SANTOS
Save Our Souls!

Dentre os diversos e importantes objetivos do Curso de Operações Especiais existem dois, os quais tão importantes quanto os demais, de muito dignificam e enobrecem a missão do OE (2) pelo que de solidariedade humana e amor ao próximo encerram.

Trata-se de atividades que julgamos serem praticamente desconhecidas por parte da grande maioria das Forças Armadas, e da quase totalidade da população civil. Este desconhecimento, o desejo de esclarecê-lo, ou, ao menos, diminuí-lo é o nosso propósito. Acreditamos sinceramente que após sua leitura e difusão muita paz de espírito e tranqüilidade advirão àqueles que têm, em algum momento, um ente querido, um amigo, um familiar enfrentando as probabilidades de um vôo em região deserta ou selvática, ou, vivendo em região assolada pela fúria da Natureza ou do Homem.

- SOCORRO E AJUDA A POPULAÇÕES AMEAÇADAS POR CATASTROFES;
- BUSCA E SALVAMENTO TERRESTRE.

São apenas estas as missões as quais acima nos referimos, "panache" do Grupo de Operações Especiais; missões que absorvem quase que a totalidade dos conhecimentos ministrados no Curso de Operações Especiais. Talvez o leitor estranhe a presença no currículo de Operações Especiais — curso de objetivos essencialmente militares, voltado inteiramente para o desenvolvimento e exageração das características agressivas do aluno — destas atividades aparentemente vazias de conteúdo militar e de finalidade para o combate.

Porém, se se reportar aos objetivos do Curso publicados em número anterior da "Defesa Nacional" (n. 561), compreenderá perfeitamente tal fato. Por outro lado, tamanha é a prática e tantos são os conhecimentos necessários para o cumprimento destas missões, muitos deles totalmente apartados dos programas normais de ensino nas Forças Armadas e, adquiridos nos mais diversos órgãos civis e militares do País, que somente um curso do caráter e grandeza do Curso de Operações Especiais poderia reuni-los todos.

(1) SAR: (Search and Air Rescue) — sigla internacional dos órgãos de busca e salvamento (aéreo)

(2) OE: sigla designativa dos militares possuidores do Curso de Operações Especiais.

Se nos lembrarmos ainda, da complexidade dos problemas que envolvem a retirada ou evacuação de uma tripulação abatida em território inimigo, ou das recentes atividades assistenciais de equipes do 77 th SPECIAL FORCES na Tailândia, apenas isto constituiria motivo forte e suficiente para manutenção e desenvolvimento dos assuntos em tela.

Durante mais de dois anos após a conclusão do primeiro Curso, desconhecido que era êste aspecto da formação do OE, aguardou o Grupo de Operações Especiais uma oportunidade para ser empregado em missões para as quais estava plenamente capacitado, certos todos do muito que poderiam fazer em benefício de alguém em situação aflitiva, ou de tóda uma população sob risco de destruição ou doença.

O mês de Março de 1960 despontou prenunciando graves acontecimentos; sob o pêso de aguaceiro impiedoso e constante, invertia-se o drama do Nordeste: de modo aterrador engrossavam as correntes dos rios Jaguaribe e Parnaíba, ao mesmo tempo que colossal massa líquida forçava a barragem, em construção, do Açude de Orós, ameaçando com o espectro terrível de morte e destruição, fome e epidemias, tóda uma população.

A 27 de Março, com um aviso prévio de duas horas deslocaram-se, do Nu D Aét, com destino a Fortaleza e Terezina, duas equipes de Operações Especiais, as quais, reforçadas por elementos da Companhia de Manutenção de Pára-quedas, e apoiadas em meios aéreos pelo 1º Grupo de Transporte de Tropas e pelo Esquadrão de C-82 da Base Aérea dos Affonsos, receberam por missão:

- reconhecer a região assolada pela inundação;
- suprir as populações isoladas.

Durante 17 dias estas duas equipes prepararam e lançaram, ou transportaram, um total de 70 toneladas de gêneros, roupas e medicamentos, sôbre 39 localidades, em missões muitas vêzes repetidas, voando até doze horas por dia nos mais diversos tipos de aeronaves, em impressionante demonstração de adaptação e versatilidade técnica.

Improvisando fardos e pára-quedas, atravessando as noites no preparo e planejamento das missões, ao receberem os OE ordem para retornarem à sua Unidade, após a transposição da fase crítica da catástrofe, o fizeram com a certeza de haverem cumprido plenamente a missão recebida, e mais ainda, convictos de terem demonstrado cabalmente a objetividade de sua preparação, quer técnica quer física, para êste gênero de operação.

Os conhecimentos práticos então adquiridos foram de enorme valia e, compensaram plenamente os esforços dispendidos. Planejamento de missões, acondicionamento e amarração de cargas, técnica de lançamento livre de material, foram objeto de experiências e estudos. Hoje, aperfei-

çoados, constituem processos de largo e corrente emprêgo em missões, quer de socorro, quer de suprimento aéreo em combate.

Os pára-quedas e pacotes, naquela época improvisados por força da necessidade, hoje constituem meios normais de emprêgo, constatado que foi o rendimento obtido, economia de material e facilidade de montagem.

Somente então se concretizou u'a mais estreita ligação com o SAR, que resultou no concôrto de uma série de providências a serem tomadas, visando alcançar um máximo de eficiência e de cooperação:

a) manutenção de equipes de Operações Especiais de sobreaviso, revezando-se semanalmente, em condições de embarcar para qualquer ponto do País dentro de um limite máximo de 3 horas, a contar da hora da mobilização;

b) formação básica e especializada aeroterrestre de oficiais e graduados da FAB — aviadores, intendentos, e principalmente, elementos do Serviço de Saúde — com o fim de, à disposição do SAR, integrarem as equipes de Operações Especiais em missões de busca e salvamento;

c) organização de uma lista de material especializado, individual e coletivo, necessário;

d) escolha de um local para depósito do material já acondicionado, incluindo três tipos diferentes de pára-quedas, um deles para saltos em queda livre. Deveria ser este depósito organizado de preferência na Base Aérea dos Affonsos, facilitando a rápida retirada do material e seu embarque;

e) organização de um Plano de Chamada, com o objetivo de diminuir ao mínimo o tempo entre a chamada de uma equipe e sua apresentação;

f) estágio técnico de lançamento de pessoal e material de bordo de aeronaves utilizadas em missões de busca e salvamento, quer de asa fixa, quer de asa rotativa: helicópteros H-13 e H-19, e aviões C-47 e SA-16 (Albatroz);

g) por último, e mais importante: ligação entre os Estados Maiores da FAB e do Exército, a fim de que fôsse estabelecida a autoridade competente para determinar as missões e partida de equipes de Operações Especiais.

De tôdas estas providências, sem dúvida indispensáveis, algumas já se concretizaram, e outras se acham orientadas no sentido de serem ultimadas, o que esperamos aconteça brevemente.

São detalhes pequenos e simples de serem resolvidos, os quais facilitariam sôbremaneira o cumprimento de u'a missão, e que podem sig-

nificar para um sobrevivente Vida ou Morte, e para sua família a alegria de um reencontro ou o luto de uma perda.

O Grupo de Operações Especiais está preparado; durante 7 meses, cada um de seus membros, buscando tornar-se um perfeito conhecedor de sua especialidade, trabalhou àrduamente, estudando, percorrendo tôdas as regiões do Brasil, lançando-se nas mais difíceis ZL (3). Enfrentou o frio da montanha, a lama dos pantanais, a agressividade constante da selva, a aspereza e o calor do deserto.

Durante 30 dias, em verdadeira prova de vigor, energia e fibra, empenhou-se nos mais duros testes existentes em nosso Exército, ultrapassando os estágios de Guerra na Selva e na Montanha. Juntou o dia com a noite freqüentando hospitais, maternidades, laboratórios, visando oferecer na sua aprendizagem médica algo mais além do clássico: "Estancar Hemorragias — Prevenir o Choque — Proteger O Ferimento".

Trocou as horas, tensas e perigosas de manuseio com explosivos, não apenas aprendendo a destruir, mas a construir — pistas avançadas, zonas de pouso — por outras longas horas, enervantes e monótonas, de prática de comunicações com os mais diversos tipos de aparelhos, atuais e obsoletos.

Deslocou-se em jornadas custosas e árduas para o interior, para o próprio coração do País, a fim de inteirar-se com reais autoridades no assunto das características psicológicas e sutilezas diplomáticas do trato com o nosso índio.

Tudo isto, e muitas outras coisas, que deixamos de citar temerosos de enfastiar o leitor, todo êste trabalho, todo êste dispêndio de energias, desgaste de material, tôda esta realização que sabemos e reconhecemos ser onerosa, não pode, não deve ser feita em vão.

Não deve ser apenas o que atualmente é: um tesouro duramente alcançado, cujos custodiários desejam mas não podem distribuí-lo a quem dêle necessita, tesouro imenso de Esperança, Confiança e Caridade!

E' pouco, muito pouco mesmo o que o Grupo de Operações Especiais necessita para fazer.

Qualquer Coisa...

A Qualquer Hora...

Em Qualquer Lugar...

De Qualquer Maneira...

também para salvar vidas humanas!

(3) ZL: Zona de Lançamento de pára-quedistas ou de material.

MODERNOS PROBLEMAS MILITARES

Condensação de um artigo publicado em
Suplemento da revista "Perspectives" — Out 61,
assinado por PG.

Escritores militares franceses, como o Cel Carrias e M. Girardet, apontam as causas das deficiências do Exército francês, no passado como no presente:

- mau recrutamento dos quadros;
- insuficiente interesse pela profissão;
- medíocre instrução dos quadros, cuja elite se mostra incapaz de elaborar uma doutrina;
- insuficiente adestramento profissional.

Carrias e Girardet insistem nas três primeiras e não cabe voltar ao assunto. A quarta, porém, requer algumas explicações complementares, visto que pouco se tem dito a respeito.

Para justificar a real deficiência da instrução e adestramento do Exército francês, basta que se recorde as advertências feitas por três grandes chefes da guerra de 1914-1918:

De início é o Cel Galiény que, em 2 Jul 895, escrevia ao Cmt Liautey:

"Nossos parlamentares ignorantes julgam ter dado cabal desempenho às suas tarefas quando votam os fundos necessários ao Exército. O lado moral e a instrução lhes escapam completamente. Para que um exército tão oneroso, se não temos nem campos de manobra, nem polígonos, nem meios de instrução?"

Em seguida, é o Mar Joffre que escrevia em suas "Memórias":

"Debatendo-se há anos entre teorias extremadas, enquadrado por oficiais rebeldes a quaisquer idéias de renovação, o Exército permanece numa apatia e numa indolência absolutas.

As manobras de 1911 evidenciaram isso: a infantaria, pouco manobreira, revelou lacunas em sua instrução; frentes de ataque em desproporção com os meios disponíveis e má utilização do terreno; a infantaria e a artilharia não se preocupavam em ligar seus esforços; noções as mais elementares de cobertura eram desconhecidas; as diferentes armas ignoravam profunda-

mente as necessidades e possibilidades umas das outras. O alto comando carecia de unidade de vistas; a cada instante, "instruções particulares" comentando, segundo o temperamento dos chefes que as redigiam, os regulamentos de manobras".

Finalmente, em seu livro — "A Guerra e os Homens" publicado em 1936, o Gen Debeney escreveu que, antes da guerra de 1914, na França, ... "a instrução da tropa se fazia de um modo muito precário, em terrenos de guarnição inadequados e em raros e limitados campos de instrução. Na Alemanha, ao contrário, os campos eram numerosos e vastos, os terrenos de guarnição e campos de tiro bem aparelhados, permitindo conduzir a instrução tática em boas condições".

E não se deve julgar que as coisas tenham melhorado entre as duas guerras, com o tempo de serviço reduzido para um ano e o material consideravelmente complicado, enquanto que os quadros já não valiam os de 1914, sem que houvesse aumento de meios de instrução (campos, polígonos, etc.), sempre insuficientes.

Mas, há outras causas, próprias da época agitada em que vivemos, que tendem a tornar o Exército ainda mais mediocre do que o de entre as duas guerras, conjugando-se tôdas elas para tornar cada vez mais difícil o recrutamento dos quadros e diminuir o seu valor intelectual e moral, fazendo com que a indispensável reforma da Defesa Nacional se torne uma tarefa, se não impossível, ao menos muito delicada e demorada. Ora, uma das primeiras dificuldades é certamente a mentalidade dos jovens.

Recentemente, o Exército francês procedeu a uma investigação para determinar as causas pelas quais alguns jovens escolhem a carreira das armas e para conhecer sua opinião sobre diversas questões atuais. Os resultados obtidos são muito importantes e devem orientar o modo como os quadros devem ser recrutados e instruídos. A "Revue de Défense Nationale" — Fev 61, publicou um resumo da investigação, onde se pode ler:

"Em resumo, os candidatos a Saint-Cyr—História e, sobretudo, Línguas — se apresentam como futuros combatentes, militaristas, cheios de ideal patriótico, mas em oposição a qualquer perspectiva de atividade técnica. Os candidatos às Escolas Naval e do Ar, também cheios de ideal, mas bem menos militaristas e um pouco menos avessos à Técnica. Aproximando-se a estes, estão os candidatos a Sint-Cyr—Ciências, menos animados, porém, da idéia de "servir". O espírito militar decresce ainda, nitidamente, entre os candidatos à Naval, bem como, de um modo mais atenuado, o ideal patriótico, sem que por isso aumente o gosto pela Técnica. Finalmente, nos candidatos à Aviação observa-se um pouco mais de desejo de especialização técnica e um recuo no "ideal patriótico".

No conjunto dos candidatos, observa-se uma associação variada, mas, freqüente, do ideal patriótico, do gosto pelo combate e do "espírito militar" em nítida oposição ao desejo de especialização técnica e à aspiração de estabilidade profissional".

... "Constata-se, pois, entre muitos candidatos, a existência de um idealismo militar e patriótico, em oposição à especialização técnica. Essa atitude é marcante entre os candidatos de opções literárias de Saint-Cyr—Ciências e da Escola Naval; inversamente, entre os candidatos à Aviação, o desejo de especialização técnica prevalece sobre as motivações puramente militares".

"De sorte que se pode perguntar se, na perspectiva da criação de uma moderna Fôrça Armada, o recrutamento dos futuros oficiais não levará o Alto-Comando ao dilema: — Virtudes militares clássicas, ou capacidade técnica? Se os futuros oficiais se fixam numa atitude altamente idealista e militar e repudiam a idéia de especialização científica, êles estarão aptos, sem dúvida, a fazer face a uma guerra subversiva; mas, quais serão suas possibilidades de adaptação numa fôrça de ataque da era atômica?"

É certo que nem tudo é mau nessa evolução do espírito dos candidatos, mesmo na divergência de suas opiniões. Será preciso, entretanto, ordená-las e tentar uma orientação, se não para uma síntese global, ao menos dando a cada categoria um pouco do que lhe falta, a fim de formar oficiais possuidores dos conhecimentos indispensáveis na profissão e um elevado ideal patriótico; sem o que não será possível um verdadeiro exército moderno.

* * *

Numa outra ordem de idéias, a orientação dada à política de há uns três anos a esta parte, não é de molde a melhorar o atual estado de coisas.

A orientação da política exterior no sentido da integração européia não favorecerá em nada o espírito de patriotismo, sendo pouco provável ver a Nação e o Exército se entusiasmarem pela defesa de Berlim, cidade prussiana, enquanto tranqüilamente se abandona Argel, cidade francesa. De que vale um exército sem ideal, ou sem patriotismo?

A política de abandono e de concessões, caracterizada pelo desaparecimento do Império francês, e o abandono da Argélia não trarão o dinamismo desejável, havendo poucas ensanchas de atrair as elites para a carreira militar — porque o espírito de abandono é uma doença contagiosa.

O espírito de aventura, que a tantos jovens atraía, tende a desaparecer com a liquidação do Império, com a liquidação da Aviação e segurança dos aviões, pois a aventura espacial não pode ainda despertar o entusiasmo da juventude.

A presente crise militar, mesmo que não deva durar eternamente, sob a forma aguda atual, deixará sem dúvida resíduos duráveis, o mais grave dos quais será, talvez, um alto-comando desunido e sem caráter.

Assim, tudo concorre para dificultar um bom recrutamento, um espírito de compreensão e de concórdia entre os quadros e o desenvolvimento intelectual destes. E mais: há o forte risco de se criar um exército sem nervos, pela aplicação da atual política exterior, nova forma de contradição que já tanto mal fez à França.

* * *

Do que vem de ser dito, resulta que há uns quantos imperativos exigindo solução, a qual por certo existe. Por exemplo:

1. AUMENTAR O INTERESSE PELA PROFISSÃO

Certamente, nem todos os candidatos às escolas militares poderão ascender aos mais altos postos do Exército. Mas, por outro lado, é anormal — e atualmente mais do que nunca — ver jovens oficiais dotados de alta capacidade intelectual, com importantes estudos feitos durante longos anos, em estagnação por mais de vinte anos em postos subalternos, o que provavelmente acontecerá após a campanha da Argélia, como após qualquer guerra.

É de pasmar ver-se, por exemplo, um major recém-diplomado pela Politécnica, ter o seu ingresso recusado no quadro das promoções por ser ainda jovem, ao mesmo tempo que um seu colega de turma se vê feito Presidente do Conselho... Demais, um longo estágio em postos subalternos leva fatalmente, e quando menos, à depressão, à resignação, à ociosidade, ao medo da responsabilidade, à falta de iniciativa, tôdas essas coisas que devem ser combatidas o mais enérgicamente possível (1). Não será com a mentalidade de escravos que se há de fazer um exército poderoso, um exército que pensa. Há que escolher entre um exército de segunda ordem, apagado, resignado e cético, tão inútil quanto oneroso, capaz de nos levar a novas derrotas, e um exército intelectual e fisicamente dinâmico, do qual o Poder nada terá que temer, desde que governe inteligente e conscienciosamente, correspondendo aos anseios de uma nação esclarecida e não enganada pelo "soberano poder", tão frequentemente em mãos pouco dignas, em nossa História (A. de Vigny).

(1) Em 1880, dizia Bonaparte a Roederer: "Um homem que durante 40 anos foi piloto (Marinha Mercante) não serve para o comando de um navio. Quem durante 40 anos não fez outra coisa senão obedecer, não está apto ao comando. A esse respeito, penso diferente dos que dizem que, para comandar, é preciso saber obedecer. Julgo que não se deve dar o comando a um homem que, quando não é comandado, não faz outra coisa senão dormir."

Para evitar um exército sem valor, é preciso criar duas categorias de oficiais: — uma elite relativamente pouco numerosa, que passará rapidamente pelos postos subalternos: coronel aos 35 anos, geral aos 40, a escolha em função de observações feitas nas diversas funções exercidas e nas escolas (de Base, de Estado-Maior, de Guerra, etc.), observações que terão em conta os exames psicotécnicos, de modo a evitar o mais possível a mentalidade de “mandarim” ou de bom aluno, e a promover os mais capazes de mostrar iniciativa, imaginação e caráter, qualidades estas que os exames clássicos não permitem revelar. Os que não puderem ir pela via mais rápida — muitos dos quais serão também inteligentes, sem possuírem, porém, as qualidades de chefe, — deverão poder se reformar a partir dos 15 anos de serviço, sendo aproveitados pelo Estado nos múltiplos órgãos da administração, ou nas indústrias nacionalizadas (2), sob a condição de um exame especial dos cursos especializados (2), devendo ser-lhes proporcionadas certas facilidades para se prepararem. E mais ainda: êsses lugares deverão ser-lhes reservados com prioridade, o que deve ser normal, pois êsses oficiais terão sobre os jovens as vantagens da experiência e da liderança.

Algo de semelhante deve ser previsto para os suboficiais.

Tudo isso deveria constituir matéria de novos estatutos dos militares. Essas e muitas outras coisas deveriam ser incorporadas, de modo que tais modificações concorressem para melhorar o recrutamento dos oficiais, rejuvenescimento e transformação do espírito dos quadros. Tais medidas deveriam ser de aplicação normal, e não em circunstâncias particulares, o que seria pior do que o pretendido benefício. Seriam tomadas com cautela, de modo a não determinar o afastamento dos jovens de uma carreira onde reinasse a arbitrariedade.

2. MANTER NO EXÉRCITO O GÓSTO PELO TRABALHO INTELLECTUAL

O cálculo dos efetivos de oficiais deve ser feito com boa margem, de modo a ter um número suficiente dêles nas escolas e nos centros de estudos ou experiências técnicas, táticas e estratégicas, seja como professores, instrutores ou alunos, sem prejuízo do funcionamento e adestramento das Unidades, como se faz nos grandes exércitos modernos (3).

(2) O que facilitará a ligação Exército-Indústria, favorecendo a Defesa Nacional. Alguns oficiais poderiam exercer o professorado, passando sobre certas exigências, facilitando a ligação Exército-Universidade.

(3) Em seu livro “Porquoi d’Armée rouge a vaincu”, escreveu o Gen Guillaume, ex-Chefe do EM da Defesa Nacional: “A multiplicidade das escolas e academias parece ser o traço característico da formação no Exército vermelho. Pode-se dizer sem exagero que os oficiais passam metade da sua carreira nas escolas”.

Outrossim, deve-se encorajar os oficiais da ativa a escrever nas revistas militares ou civis, sendo-lhes permitido sustentar suas idéias. Isto proporcionará um livre confronto de opiniões, fonte de todo progresso e possibilidade de esclarecimento.

3. REVER A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

É às escolas que, mediante estudos aprofundados e revisão de seus programas, cabe sanar as falhas que Carrias e Girardet denunciaram. Tais estudos e reformas se impõem, evidentemente, e deve-se insistir num assunto: a necessidade absoluta de manter no Exército um ideal de patriotismo altamente elevado, e um espírito de abnegação para com a pátria (Não é o que se dá no Exército vermelho?). É importante que a instrução seja orientada com prioridade, nesse sentido, particularmente entre os que se dedicam principalmente à Técnica. A instrução, que permite moldar o espírito dos jovens, deve permitir encaminhar suas tendências no sentido desejável. Um dos meios eficazes de aplicação de tais medidas é o estudo da História Militar, mas tôdas elas se impõem para que o Exército represente, acima de qualquer política, os páramos do patriotismo francês.

CONCLUSÕES

As obras do Cel Carrias e de Mar Girardet mostram a necessidade de uma intensa atividade intelectual dos quadros e de uma doutrina, para a eficácia da Defesa Nacional. Esses autores apontam as causas que impedem o desenvolvimento dessa atividade no Exército francês.

O próprio autor dêste artigo mostra que as modificações necessárias estão condicionadas a uma reforma preliminar visando ao recrutamento, à formação e à reestruturação mesma do Exército francês.

Tudo isso é muito importante, pois as críticas e louvores que se fazem ao Exército podem ter segundas intenções e são, por isso mesmo, igualmente perigosas. Uma defesa cega e sistemática — amplamente justificada quando se trata de desinterêsse e devotamento do Corpo de Oficiais — pode se tornar inoportuna se não leva em conta o indiferente declínio militar, impedindo, assim, a necessária reforma que as circunstâncias tornarão muito mais delicada e difícil, para o futuro. Por outro lado, a crítica sistemática, tão freqüente nestes tempos — por parte de quem não conhece o Exército, mas o teme de um modo um tanto ridículo, e procura demolir o que existe, sem pensar na necessária reconstrução — apesar do seu exagêro, por ser, na maioria das vêzes, mal informada, pode trazer no bôjo a necessária reforma.

— Os povos se sentem seguros quando experimentam essa sensação de potência que emana de uma força efetiva e moral. Essa é a das Fôrças Armadas.

ESTUDO GEOGRÁFICO DO URUGUAI (*)

(Conclusão)

II

FATORES PSICO-SOCIAIS

Tenente-Coronel DARCY ALVARES NOLL
Oficial de EM

GENERALIDADES

Antecedentes históricos

O Uruguai se organizou como Estado, em 1830, denominando-se oficialmente "República Oriental del Uruguay", mas a vida e a evolução de seu povo devem ser estudadas desde épocas mais remotas, em que se foi processando o caráter nacional.

Assim analisada, desde seu fundamento, a estrutura da história do Uruguai pode ser dividida em épocas, isto é, em períodos de tempo, que, pelas suas características e substância, apresentam traços comuns diferenciados dentro da unidade conjunta. Enumerados cronologicamente podemos citar momentos fundamentais: 1) Época Indígena; 2) Época Hispânica; 3) Época Libertadora; 4) Época Estatal.

Esses períodos não somente se diferenciam entre si por condições históricas essenciais, como também por serem desiguais em sua duração, por serem distintos na intensidade de sua influência sobre o Uruguai contemporâneo e por muito variarem as fontes de informação e de apreciação que se nos apresentam.

— A *Época Indígena*, que compreende a pré-história da evolução nacional, foi, sem dúvida, a mais dilatada no tempo e é também a menos conhecida de todas. O estado atual das investigações não permite determinar seu começo nem desvendar suas incógnitas, que se estendem por séculos até a chegada do conquistador espanhol. Porém, em conjunto, pode afirmar-se que a população autóctone, distribuída em grupos nômades de cultura primitiva, não contribuiu, de forma apreciável, para a evolução das épocas seguintes, em que pèse a duração secular de sua permanência, que se prolongou ainda até a primeira metade do século XIX.

— A *Época Hispânica*, iniciada com o descobrimento do território uruguaio (1516), se prolongou até o levante revolucionário contra o absolutismo (1811). Com seu transcurso de três séculos, a Época Hispânica se segue à Época Indígena tanto em duração, quanto na ordem cronológica.

(*) O número de Setembro-Outubro publicou a 1ª Parte deste trabalho.
— N. R.

O descobrimento em si, que teria permitido implantar desde logo no meio rudimentar a cultura mais elaborada de uma civilização antiga, não determinou, contudo, uma ação colonizadora imediata naquelas terras, em que a Coroa espanhola não encontrava a atração dos metais preciosos abundantes, como no México e no Peru, também, recém-descobertos.

Desta forma, durante o século XVI, afora raras viagens de exploração indireta, a Banda Oriental do Rio Uruguai foi relegada a segundo plano.

No século XVII se assinala um evidente interesse econômico, despertando em Buenos Aires e no Brasil pela riqueza bovina que se desenvolvia sem peias no território oriental; e, enquanto o Cabildo de Buenos Aires se preocupava em regulamentar a exploração nascente, se acentuava a ação de uma política de conquista territorial a partir dos centros coloniais portugueses do Brasil (movimento bandeirante).

A ocupação oficial da Banda Oriental pela Coroa espanhola não se iniciou, em verdade, senão no século XVIII, isto é, a dois séculos do descobrimento. Datam desta época, a Colônia de Sacramento (Portugal-1680) e as providências correlatas do lado espanhol, em que a dinastia dos Bourbons, ao aplicar estritamente naqueles territórios o sistema político e econômico que imperava no reino, não somente entorpeceu o desenvolvimento normal e o progresso natural da região, senão fomentou a rivalidade entre os dois incipientes centros populosos no Rio da Prata, Buenos Aires e Montevideu.

A população, de crescimento lento, foi regida pelas normas, costumes e dogmas religiosos de Espanha; e os colonizadores lá estabelecidos e mais ainda os seus descendentes americanos viram limitadas suas possibilidades, tanto pela falta absoluta de direitos políticos, quando através de poderosos obstáculos em suas atividades de produção e de comércio.

Enquanto isto, na Europa, surgiam novas idéias sociais, políticas e econômicas que haviam de enfrentar o "antigo regime", no auge.

Primeiro foram "monarcas ilustrados" os que adotaram cautelosamente algumas das novas tendências, porém breve estas haveriam de triunfar e impor-se no século XIX, pelos movimentos revolucionários liberais.

— *A Época Libertadora* é o período em que se consolidou o conceito, até então vago, de nacionalidade, e em que se obteve efetivamente a independência política da Província Cisplatina.

Das quatro épocas assinaladas é a de menor duração, pois só compreende dezoito anos (1810-1828); mas nela estão condensadas a grande empresa política e a façanha militar de independência. Ocupa a primeira parte desta época a figura de Artigas, o pró-homem do nacionalismo oriental, que lutou pela libertação do Vice-Reinado da Coroa espanhola e foi o paladino de um regime republicano, democrático e federal para seu governo. Neste desiderato viu-se Artigas e sua gente a braços com

as forças reacionárias, da metrópole, partidárias do "antigo regime" e também no combate contra a Junta Revolucionária e governos posteriores de Buenos Aires, ora vacilantes, na oportunidade da independência ou do regime republicano, democrático e federal, ora empenhados em manter para Buenos Aires a hegemonia que desfrutava no Vice-Reinado.

Porfiou Artigas, com o mesmo ímpeto e tenacidade, contra a Côte Portuguesa, no Rio de Janeiro, primeiro em sua oposição do princípio de independência da Coroa da Espanha e logo na conquista da Província Cisplatina.

A segunda parte da Época Libertadora está ocupada pela denominação de Portugal e Brasil (1822-1828) e pelas lutas que, derivadas do desembarque dos 33 orientais, levaram à libertação final.

— *A Época Estatal*, que se iniciou em 1830, registra as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, de maior expressão na evolução uruguaia. Observa-se neste período o rápido e contínuo aumento da população, devido, mais que a seu crescimento vegetativo, a poderosas correntes emigratórias européias, que modificaram a fisionomia do povo e se concentraram nos aglomerados urbanos atuais. A vida econômica evoluía fundamentalmente em riqueza e força, ao se aproveitarem, cada vez mais, as possibilidades produtivas do país e ao se intensificarem as relações comerciais com os Estados Unidos e Europa. A crescente organização, o aumento da população com capacidade produtiva, o aperfeiçoamento técnico industrial foram fatores de constante preocupação a par da evolução dos complexos problemas políticos internos do povo uruguaio.

O estabelecimento da ordem pública, o respeito ao princípio da autoridade, o impulso e a organização econômica não se logaram senão após muitas lutas em anos de intensos esforços e embates sangrentos. Os primeiros governos constitucionais (1830-1839) não foram pacíficos e a evolução dos acontecimentos provocou a Guerra Grande (1839-1851). Com ela entrou em crise o processo da unidade nacional, como consequência da rivalidade entre os nascentes partidos políticos. O fim da Guerra Grande provocou um movimento geral de organização, iniciada com uma política de concórdia, sem lograr na época resultados satisfatórios (1861-1865).

A instabilidade gerou, isto é, favoreceu o reaparecimento do caudilhismo e sua luta com as tendências principistas (1865-1872). Logo se chegou ao reconhecimento parcial do princípio de coparticipação dos partidos no governo e se iniciou o período principista (1872-1875) com reduzidos resultados materiais, em que pêsse seu elevado teor ideológico.

A permanente inquietação, o contínuo desconhecimento do princípio da autoridade, a crise econômica, engendraram como reação, a preponderância do exército na história do Uruguai. O militarismo (1875-1890), com todos seus problemas, conseguiu, apesar de tudo, impor a ordem, melhorar as possibilidades econômicas e reorganizar o ensino.

O reinício da etapa civilista foi conseguida pacificamente (1890) e desde então o progresso do país vem-se realizando, com alguns hiatos, é bem verdade, mas com segurança, pelo respeito aos direitos do indivíduo, a conquista da igualdade política e adaptação da Constituição a novas fórmulas democráticas (2º colegiado de 1952) com um evidente aumento das funções do Estado.

Foi adotada, nesta parte da memória, a divisão das épocas históricas, mais geralmente aceita na organização da educação secundária, tal como é feita nos liceus que transmitem o ensino de humanidades no Uruguai.

Língua principal e línguas de grupos diversos (Regiões lingüísticas)

A língua falada no Uruguai é o espanhol, num processo de aculturação que foi de todo o Nôvo Mundo hispânico, já que os grupos lingüísticos das populações primitivas, pelo aspecto rudimentar e primário de sua valência cultural, foram absorvidos por um tipo superior de transmissão vocálica. Nos topônimos e nalguns acidentes geográficos ficou a raiz guarani, como resquício de um outro tipo de civilização.

Seja dito que o espanhol tomou no Uruguai, como na Argentina, alguns aspectos e modismos próprios, bem compreensíveis em sua formação como povo.

Raças (Regiões étnicas)

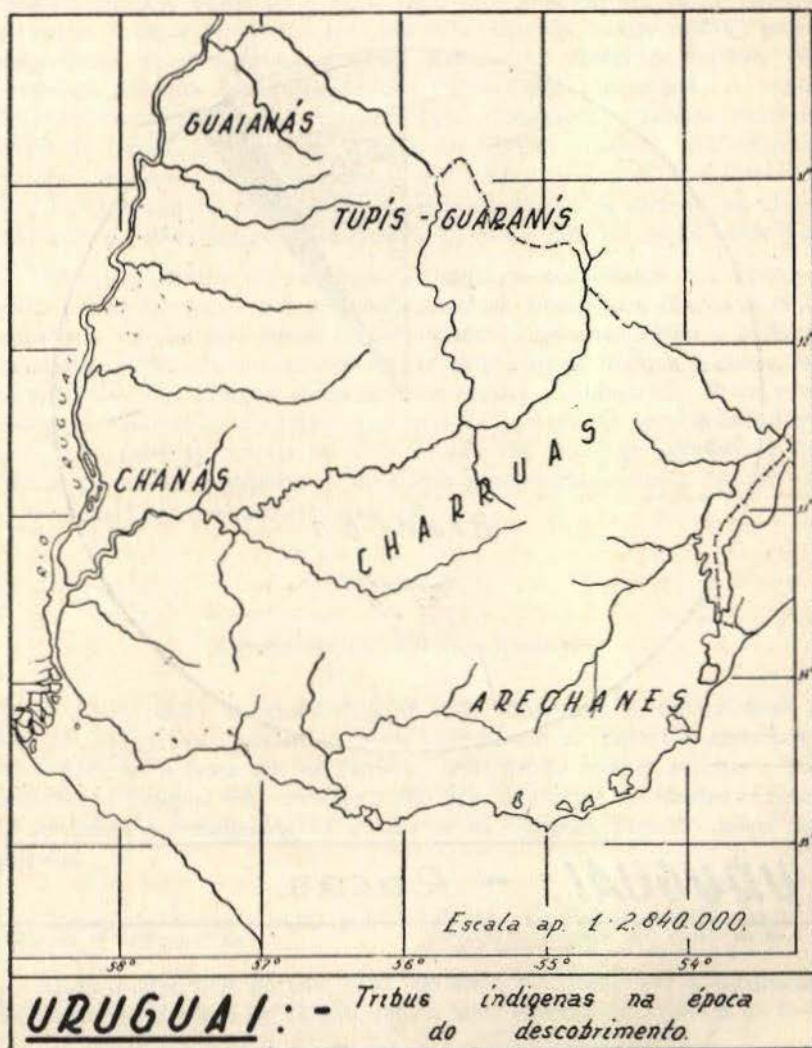
Os grupos humanos encontrados pelos conquistadores espanhóis na região dos grandes rios Paraná e Uruguai podem sucintamente se situar em três ramos principais: 1) o pampeano, representado pelos chanás, arechanes e os charruas; 2) o sul brasileiro, com os guaianás, que constituem possivelmente o elemento racial conhecido mais antigo da América; 3) o amazônico, com os guaranis (mais propriamente tupis-guaranis), do grupo lingüístico mais falado pelos colonizadores e o idioma da catequização dos missionários, principalmente jesuítas, nas suas célebres Reduções.

Estes grupos foram, após a conquista, paulatinamente desaparecendo e sendo substituídos por tipos raciais europeus, predominantemente o espanhol, em sua grande maioria da chamada raça "íbero-insular" de Deniker, com influência do tipo atlanto-mediterrâneo, ou talvez dinár-tico, na Catalunha e em Valência e, em menor escala, de tipos nórdicos das províncias do noroeste, principalmente nas Astúrias.

Correspondem os povoadores espanhóis e seus sucessores ibéricos a quatro grandes grupos lingüísticos :

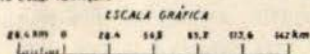
- 1) O galego, falado na Galfizia;
- 2) O castelhano, com as variedades andaluz, asturiano, aragonês, murciano, o navarro, o leonês e o estremenho;
- 3) O catalão, a que se junta o dialeto valenciano e o falado nas ilhas Baleares;
- 4) O basco (vasco ou cuskem), língua especial aglutinante, cujas atividades não estão bem estabelecidas.

A estes espanhóis foram se avizinhando italianos, sírios, franceses, ingleses e outros grupos europeus, que hoje povoam o território oriental, visto os indígenas haverem há mais de um século desaparecido, deixando apenas no tipo gaúcho, das estâncias, alguma influência do ponto de vista antropológico.

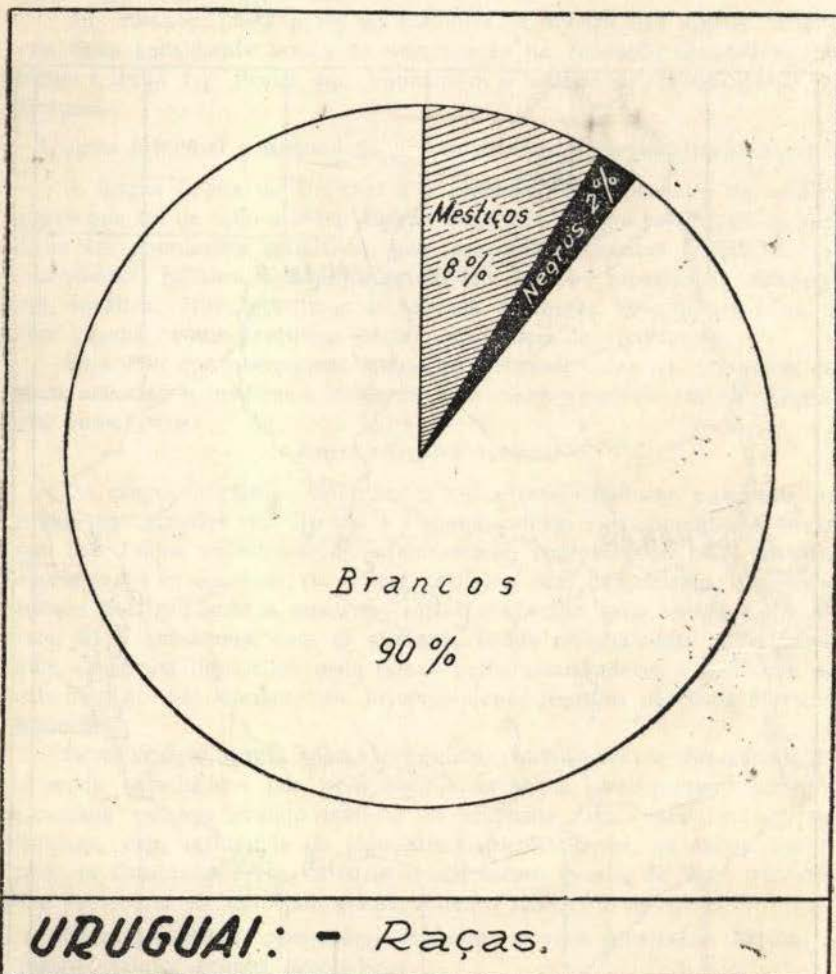


Copia de 2ª. ed. Desenhada, Antônio César Rodrigues

5a. Seção de L.M.E./R.10 - 20/2/1959



Preston James, professor norte-americano, em sua obra "Latin America" considera a porcentagem de 8% de mestiços índios e 2% de negros, no total da população oriental.



Cópia de Antônio Cesar Rodrigues - 2ª Jgl. Desenhista.

Sa. Sec. do EME/Rio - 19-2-39.

Classes sociais e econômicas

O povo uruguaio apresenta em sua pirâmide social aspectos próprios, decorrentes de sua formação sociológica e de sua evolução econômica.

Assim é que a seção inferior da pirâmide social é constituída pelo proletariado rural (os peões), o proletariado urbano (operários, trabalhadores braçais, soldados) e pelos indivíduos sem cultura ou de cultura primária. A seção mediana é formada pela chamada "classe média", pelos empregados de escritório, capatazes, suboficiais, chefes de turmas, gerentes, a pequena burguesia de cultura mediana secundária. A seção superior constitui-se pelo governo, classe dominante (grandes proprietários de terras), capitalistas, oficiais das classes armadas, profissionais de nível superior, sábios, cientistas, etc. Admite-se, para simplificação, ao plano superior da pirâmide caberem as atividades de direção, ao plano médio as de coordenação e finalmente ao plano inferior as de execução.

Deve ser levado em conta no Uruguai, o predomínio dos grandes estancieros, agrupados nos principais partidos, Colorado e Blanco, e cuja influência vai cedendo mercê dos processos de ascensão social e política da classe média, em que sobressaem os profissionais liberais e novos representantes dos antigos elementos comerciais e industriais (hoje reunidos em associações de classe e grupos de pressão, já bem delineados) e de uma forte burocracia do Estado, que vai desde os organismos de ensino até os de transporte e atividades econômicas, como a "Ancap" e a "Frigonal", as centrais elétricas, etc.

POPULAÇÃO

Generalidades. Efetivos humanos

O último censo uruguaio data de 1908. Daí para cá, tudo é feito à base de estimativas, variando consideravelmente os números apresentados, conforme a fonte que os fornece. Atualmente pode-se estimar a população do Uruguai em cerca de 2.600.000 habitantes. O quadro seguinte apresenta o crescimento da população do Uruguai, segundo dados publicados.

Densidade e distribuição pelo território (regiões demográficas)

Dada a superfície do país (186.926 km²) verifica-se que a densidade média da população é de 14 hab/km², a mais elevada da América do Sul.

A distribuição desta população é, contudo, consideravelmente irregular; só Montevidéu (850.000 habitantes) concentra praticamente 1/3 do total da população, pelo que o Uruguai tem sido chamado de "país macrocéfalo".

QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO
PELOS DEPARTAMENTOS (1959)

DEPARTAMENTOS	Área (km ²)	População (estimada)	Hab/km ²
Artigas	11.378	54.000	4,8
Salto	12.603	95.000	7,5
Paysandu	13.252	92.000	6,9
Río Negro	8.471	54.000	6,4
Soriano	9.223	99.000	10,8
Colônia	5.682	140.000	24,7
Rivera	9.829	85.000	8,6
Tacuarembó	21.015	110.000	5,2
Durazno	14.315	102.000	7,1
Flores	4.519	39.000	8,6
San José	6.963	101.000	14,5
Florida	12.107	110.000	9,1
Canelones	4.752	210.000	44,1
Montevidéo	664	850.000	1.265,0
Cêrro Largo	14.929	120.000	8,0
Treinta y Tres	9.539	74.000	7,8
Lavalleja	12.485	121.000	9,7
Maldonado	4.111	70.000	17,0
Rocha	11.089	90.000	8,0
TOTAIS	186.926	2.616.000	14,0

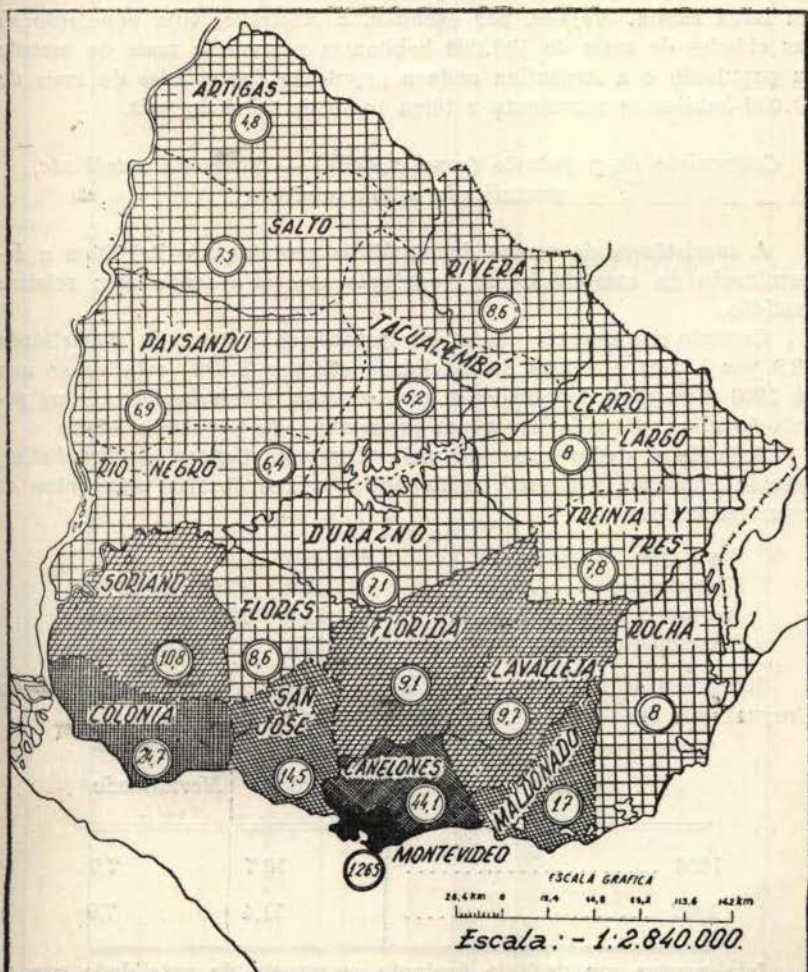
Da capital para o interior a densidade demográfica diminui sensivelmente, produto, provavelmente, da economia uruguaia, baseada, fundamentalmente, na agropecuária. Assim, enquanto no departamento de *Montevidéo* há uma densidade de quase 1.300 hab/km², no interior (*Campanha*) ocorre em média somente 8 hab/km².

Os departamentos do sul, onde se localizam as zonas de agricultura e que produzem em grande parte para a capital, apresentam densidades de alguma expressão: *Canelones* 44,1 hab/km²; *Colônia* 24,7; *Maldonado* 27,0; *San José* 14,5; *Soriano* 10,8; *Lavalleja* 9,7 e *Florida* 9,1. Os demais têm densidades inferiores a 9 hab/km², sendo que o mais setentrional, *Artigas*, apresenta inferior a 5.

As concentrações populacionais (estimadas) que se seguem a *Montevidéo* pela ordem, são: *Salto* (cap. dep. *Salto*) 44.000 hab.; *Paysandu* (cap. dep. *Paysandu*) 42.000 hab.; *Mercedes* (cap. dep. *Soriano*) 30.000 hab.; (cap. dep. *Cêrro Largo*) 30.000 hab.; *Minas* (cap. dep. *Lavalleja*) 24.000 hab.; *Rivera* (cap. dep. *Rivera*) 22.000 hab.; *Durazno* (cap. dep. *Durazno*) 20.000 hab.; *San José* (cap. dep. *San José*) 20.000 hab.; *Rocha* (cap. dep. *Rocha*) 20.000 hab.; *Florida* (cap. dep. *Florida*) 18.000 hab.; *Tacuarembó* (cap. dep. *Tacuarembó*) 16.000 hab.; *Treinta y Tres* (cap. dep. *Treinta y tres*) 15.000 hab.; *Artigas* (cap. dep. *Arti-*

gas) 14.000 hab.; *Fray Bentos* (cap. dep. Rio Negro) 14.000 hab.; *Trinidad* (cap. dep. Flores) 12.000 hab.; *Colonia* (cap. dep. Colonia) 10.000 hab.; *Canelones* (cap. dep. Canelones) 10.000 hab.; *Maldonado* (cap. dep. Maldonado) 6.000 hab.

A falta de estatísticas para muitos centros povoados torna quase impossível estabelecer estimativas com exatidão. Contudo, considerando



URUGUAI: - *Densidade demográfica.*

que a população de Montevideu não está muito abaixo de 1.000.000 habitantes e que os centros urbanos do país encerram ao redor de 550.000 pessoas pode dizer-se que a população urbana representa mais de 60% da população total, fato realmente singular e que mostra claramente que, apesar de estar o território uruguaio quase exclusivamente dedicado à pecuária e à agricultura extensivas, muitos de seus habitantes vivem em aglomerações urbanas de mais de 5.000 habitantes. Tal fato é, contudo, próprio dos Estados que praticam a pecuária e a agricultura em larga escala. Veja-se, por exemplo, a Austrália, cuja população só nas cidades de mais de 100.000 habitantes representa mais de metade da população e a Argentina onde a população das cidades de mais de 50.000 habitantes representa a terça parte do total do país.

Composição da população (sexo e idade) — Taxas de natalidade, mortalidade e sobrevivência

A inexistência de censos demográficos recentes não habilitam a determinação da composição da população uruguaia senão com relativa exatidão.

Contudo, no aspecto idade, comparando-se a taxa de mortalidade (8,3 por 1.000) e a taxa de natalidade (23 por 1.000) relativo ao ano de 1950 é possível depreender-se que aumenta ponderavelmente sua população ativa, devendo haver um predomínio de população adulta.

Segundo os dados fornecidos pela "Dirección General de Estadística, Sección Población y Censo" da República, o ano de 1950 apresentou os seguintes índices:

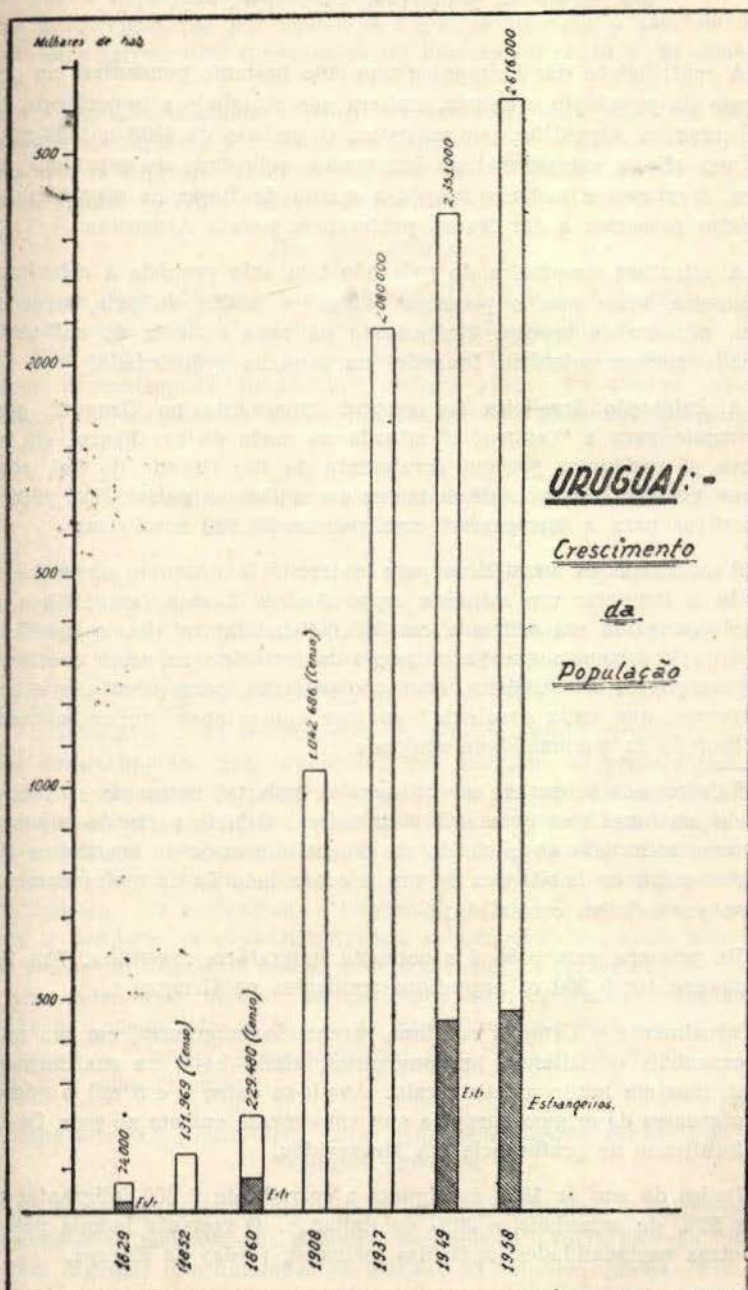
População estimada	2.418.402	
Nascimentos	55.838	(23 por 1.000)
Mortes	20.116	(8,3 por 1.000)
Crescimento vegetativo	35.722	(14,7 por 1.000)

Significativos são, também, os dados fixados a êsse respeito para o Uruguai, nos anos 1953 e 1956, por milhar de habitantes:

ANO	Natalidade	Mortalidade
1953	18,7	7,7
1957	11,4	7,0

Isto mostra um declínio bastante acentuado da natalidade que se aproxima cada vez mais do da mortalidade, com reflexos danosos sobre a população. (Comparem-se com os índices do Brasil; natalidade 43, mortalidade 18,5 e com os da Argentina 23,8 e 8,7, respectivamente).

A taxa de mortalidade infantil (entre 0 e 1 ano de idade) também é baixa: 66/1.000 (contra 95/1.000 no Brasil e 69,7/1.000 na Argentina).



Movimento da população. Imigração, emigração

A contribuição dos imigrantes tem sido bastante ponderável no crescimento da população uruguaia, embora não atingindo a importância que se observa na Argentina, por exemplo. O período de 1830 a 1852 registrou um afluxo excepcional de imigrantes, sobretudo de espanhóis, italianos, franceses e canários. Após a queda de Rosas as correntes imigratórias passaram a dar franca preferência para a Argentina.

A estrutura econômica do país não tem sido propícia à colonização estrangeira, visto que a pecuária extensiva, básica do país, exige pequeno número de braços. Únicamente na zona agrícola do sul têm-se formado núcleos coloniais, baseados na pequena propriedade.

A imigração brasileira foi sempre importante no Uruguai, particularmente para a "campanha" situada ao norte do rio Negro. Os brasileiros aí residentes provêm geralmente do Rio Grande do Sul, sendo comum proprietários possuírem terras em ambos os países. Em 1900 as estimativas para a "campanha" consignavam 26.700 brasileiros.

A afluência de brasileiros para o território uruguaio chegou certa ocasião a inquietar um estadista como Andrés Lamas (em 1864 a população uruguaia era estimada em 230.000 habitantes, dos quais 40.000 brasileiros), temeroso que "a ocupação do território ao norte do rio Negro pela população brasileira, ocupação paciente, perseverante, que nada interrompe, que nada desalenta" pudesse converter-se em um elemento de absorção da nacionalidade uruguaia.

Tais receios provaram ser infundados, pois tal imigração só tem resultado em benefícios para ambos os países. Grande parte da população uruguaia, sobretudo ao norte do rio Negro, descende de brasileiros e as relações entre os habitantes de um e outro lado da fronteira caracterizam-se por relativa cordialidade.

De pequena expressão é a corrente imigratória argentina. Em 1900 estimava-se em 9.900 os argentinos residentes no Uruguai.

Atualmente o Uruguai continua recebendo imigrantes, em sua maioria espanhóis e italianos, predominantes, ainda hoje, na sua formação étnica, mas em muito menor escala. Avalia-se entre 1 e 5 mil o número de imigrantes de origem européia que anualmente entram no país. Dêstes, 1/3 localiza-se de preferência em Montevideú.

Dados do ano de 1938 consignam a entrada de 9.800 imigrantes dos quais 58% de espanhóis, e 30% de italianos. O restante incluía pessoas de outras nacionalidades, apátridas inclusive, vindas da Europa.

Quanto às aptidões profissionais desses imigrantes, os agricultores ocupavam o maior número, sendo também estimáveis as cifras de mecâ-

nicos com diversas especialidades, carpinteiros, marceneiros, etc. No que tange à discriminação por idades, é digno de menção o fato de 56% dessa cifra terem sido constituídos de pessoas entre 15 e 36 anos de idade.

A emigração uruguaia é pouco considerável. Julio Martinez Lamas em seu livro "Riqueza y Pobreza del Uruguay" (2ª edição — 1946), consigna 90.000 uruguaiois residindo na Argentina e 30.000 no Brasil. Não há, entretanto, corrente emigratória contínua.

Migrações internas

Não se pode asseverar que no Uruguai se esteja produzindo o fenômeno do êxodo rural, tão contradicho em certas regiões do Brasil. Contudo, tem sido apreciado o deslocamento de pessoas para os centro citadinos, marcadamente Montevideú, embora ainda sem alterar substancialmente a estrutura geral da distribuição do elemento humano na região.

Densidade e distribuição. Nacionalidades. Desenvolvimento e atividades. Núcleos estrangeiros

Estima-se em 450.000 o número de estrangeiros residentes no Uruguai, ou seja cêrca de 17% do total da população.

Dêstes constituem maioria o espanhol e o italiano, notando-se como menor expressão porcentual o brasileiro, o argentino, o francês, o árabe e o inglês, ainda que êste último com forte influência de grupos econômicos ponderáveis.

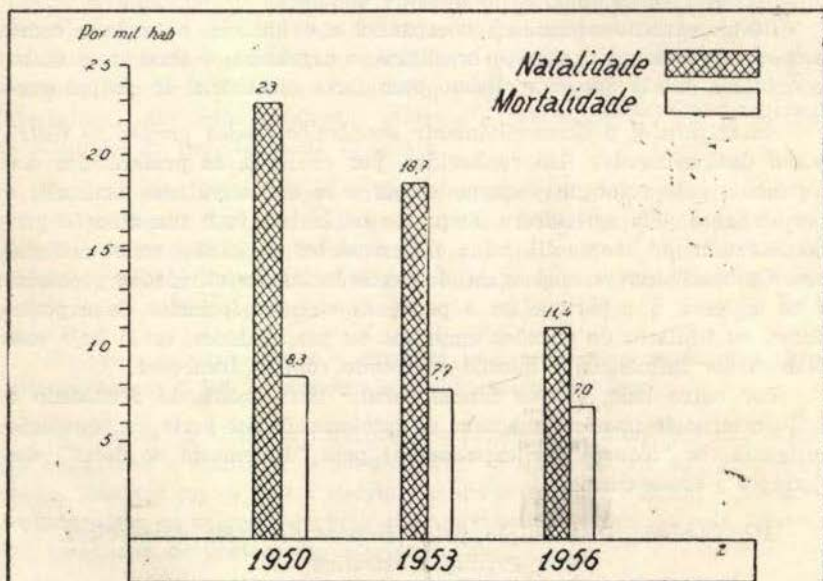
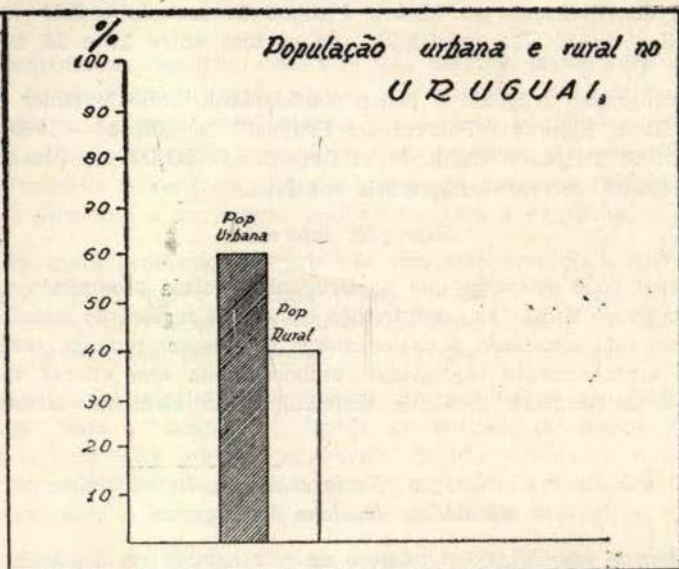
As atividades e desenvolvimento econômico dêsses grupos se distribuem desigualmente. São conhecidas, por exemplo, as preferências dos espanhóis pelo setor do pequeno comércio e das atividades manuais, e dos italianos pela agricultura, enquanto os árabes, com sua atuação predominantemente mercantil, vêm, últimamente, ganhando maior influência. Os brasileiros se empregam, de preferência, nas atividades pecuárias e os ingleses, que pertenciam a pequenos círculos fechados de exportadores, ou titulares de grandes emprêsas ou propriedades, estão hoje com bem menor influência, o mesmo ocorrendo com os franceses.

Por outro lado, vem-se fazendo sentir num crescendo acentuado a influência norte-americana, apesar da intolerância por parte da população uruguaia (os "blancos" principalmente) pela "diplomacia do dólar", dos "gringos", como chamam.

Mão-de-obra. Distribuição pelos empreendimentos econômicos. Produção extrativa

No Uruguai são muito escassos os minérios metálicos e praticamente não existem os combustíveis minerais, excetuando a turfa (carvão fóssil).

Em algumas oportunidades se extraiu do subsolo: galena (dep. de Lavalleja), ouro (Rivera), minério de cobre (Lavalleja) e manganês (Montevideú).



URUGUAI: - Comparação entre os índices de natalidade e mortalidade nos últimos anos.

Em troca, é relativamente importante a extração de pedra, mármores, cal, talco e areia para construção, desconhecendo-se, por falta de dados estatísticos, a cifra humana empregada neste mister.

Produção agropecuária

Sendo esta produção a básica da economia uruguaia, ocupando as propriedades rurais mais de 15.000.000 hectares (cêrca de 85% do território produtivo do país), ela absorve um considerável contingente humano, muito embora não seja das atividades que exijam grande número de braços. Segundo J. Chebataroff ("Tierra Uruguaia-1954"), estima-se em 180.000 a população estritamente rural dedicada a essa atividade.

Enquanto isso, a agricultura aproveitando cêrca de 11% da área total do país (2.000.000 de hectares) ocupa mais de 200.000 pessoas.

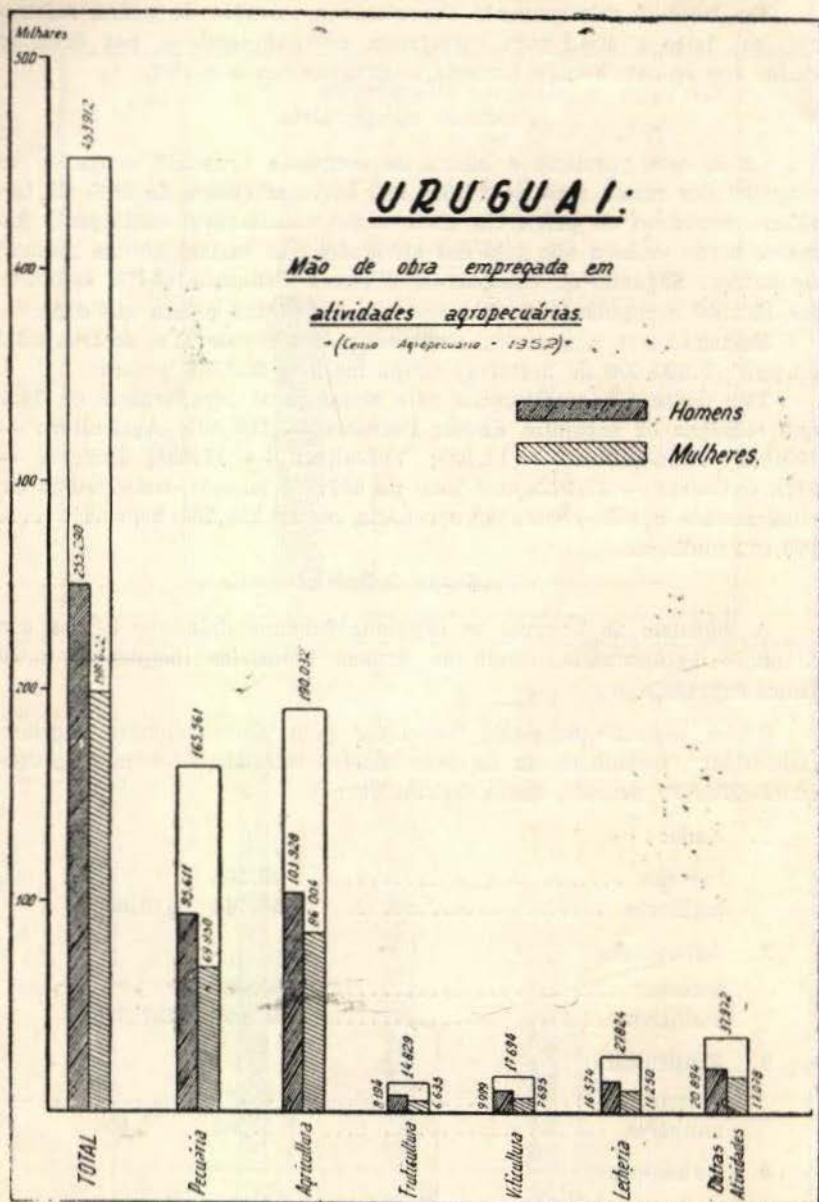
Tais dados são confirmados pelo censo geral agropecuário de 1952 que consigna os seguintes dados: Pecuária — 165.561; Agricultura — 190.032; Fruticultura — 14.829; Viticultura — 17.694; Leiteria — 27.824; Outras — 37.972, num total de 452.912 pessoas, constituindo exclusivamente a mão-de-obra agropecuária, sendo 255.290 homens e 198.612 mulheres.

Produção industrial

A indústria no Uruguai se relaciona fundamentalmente com a sua produção agropecuária, sendo as demais indústrias incipientes e de pouca expressão.

Assim, segundo os dados fornecidos pelo "Censo General Agropecuário-1952", trabalham em estabelecimentos relacionados com a agropecuária 323.929 pessoas, assim distribuídas:

1. Gado:			
homens	75.101	
mulheres	44.744	119.845
2. Agricultura:			
homens	80.908	
mulheres	56.667	137.575
3. Fruticultura:			
homens	6.277	
mulheres	3.388	9.665
4. Viticultura:			
homens	7.998	
mulheres	4.643	12.641
5. Leiteria:			
homens	13.412	
mulheres	7.234	20.646



6. Outros:

homens	13.754	
mulheres	9.803	23.557

Totais:

homens	197.450	
mulheres	126.479	323.929

Transportes. Comunicações. Comércio. Diversos

Segundo a "Dirección de Industrias del Ministerio de I. y Trabajo" contava-se no país, em 1957 a seguinte mão-de-obra:

SETOR DE ATIVIDADE	N. de estabelecimentos ou empresas	MÃO-DE-OBRA		
		Empregada	Operários	Totais
Transportes em geral	3.214	1.046	9.482	10.528
Transporte ferroviário	1	4.470	6.261	10.731
Serviços telefônicos	15	2.228	2.757	4.935
Extração vegetal	58	32	137	169
Pesca	12	72	489	561
Indústria extrativa	174	90	1.250	1.340
Produtos alimentícios	4.620	8.459	32.538	40.997
Indústrias de bebidas	1.218	2.579	7.743	10.322
Indústria do fumo	32	150	854	1.004
Indústria têxtil	575	2.843	23.054	25.897
Vestimentas e confecções	3.787	2.110	15.929	18.039
Indústria de madeiras	1.601	298	5.184	5.482
Indústria de móveis	1.054	358	4.501	4.859
Capelaria	94	542	2.916	3.458
Impressoras	519	1.630	4.978	6.608
Indústria de couro	374	293	2.733	3.026
Indústria de borracha	300	1.570	5.376	6.946
Indústria química	589	2.955	5.491	8.446
Indústria de derivados de petróleo	34	1.730	3.480	5.210
Materiais de construção e afins	1.374	1.052	9.054	10.106
Fundição e laminação de metais	89	171	1.647	1.818
Indústria metalúrgica	2.111	950	7.808	8.758
Mecânica-metalúrgica	445	740	4.334	5.074
Eletrotécnica	1.026	1.287	6.310	7.567
Indústrias diversas	1.537	994	5.642	15.636
Construção	5.136	3.130	36.341	39.471
Euz, água e gás	380	3.375	8.291	11.666
Serviços pessoais de limpeza de roupa e fotografia				
	958	204	2.674	2.878
SOMA	31.327	45.364	217.254	262.618

Saúde Pública. Estado sanitário geral. Padrões sanitários

O estado sanitário do Uruguai pode ser considerado bastante bom, concorrendo para isso dois fatores principais:

Primeiro, por estar situado numa região de clima temperado, bastante saudável e que pelas condições naturais permitiu a instituição de um abastecimento em alimentos essenciais, tais como a carne, o leite e

o trigo, bases do sustento das grandes civilizações humanas. Outrossim, através da grande ênfase aos problemas educacionais criou-se no país uma filosofia de vida, que reconhece a boa saúde como um inalienável direito e dever dos cidadãos, razão por que o povo procura os serviços públicos de assistência médica e tem em boa conta os preceitos da higiene e da medicina preventiva. Daremos breve notícia das organizações e serviços existentes no Uruguai e que cobrem a prestação da assistência neste setor básico da vida de um povo. O Instituto de Recuperação do Inválido, entidade de recente iniciativa governamental visa, como o nome indica, à reabilitação dos inválidos, ocupando-os em trabalhos e profissões compatíveis com sua capacidade.

Os progressos alcançados em matérias de diagnóstico e terapêutica das enfermidades do tórax exigem, na maioria dos casos, íntima relação e atividade conjunta entre a medicina, cirurgia e ramos auxiliares da atividade médica. Como no país não havia um centro de estudo especializado desta natureza, em que as tarefas realizadas por equipes permitissem com economia de tempo e esforços o aprofundamento destas questões, foi também organizado o "Instituto das Enfermidades do Tórax", com base na fusão dos serviços de cirurgia e medicina dos Pavilhões Martine da Colônia de Saint Blois.

O Hospital Marítimo de Punta Ballena está, desde 16 de julho de 1952, destinado a local de convalescença para os enfermos de tuberculose ósteo-articular que, após operados, pedem para sua recuperação um período de imobilidade que oscila entre 3 e 6 meses.

Os meritórios resultados auferidos pelo Centro de Luta contra a Difteria, permitiram alijá-la quase por completo do meio uruguaio como fator determinante de mortalidade infantil e levaram o governo, a estender a sua assistência, interna e externa, de laboratório e policlínica, no raio de primeiros auxílios a tôdas as crianças enfêrmas ou suspeitadas de doenças infecto-contagiosas, como varicela, coqueluche, sarampo, etc.

Compreendendo que êste tipo de serviços assistenciais e preventivos, no interior do país, deviam ser previstos de maneira que tôdas as populações recebessem seus benefícios foi estudado e planificado um sistema de circunscrições geográficas, abrangendo centros regionais, de que dependessem os estabelecimentos satélites. Êstes Centros contam com os elementos necessários a uma correta assistência e prevenção, sendo as dotações dos estabelecimentos satélites, regidos por sua situação geográfica, facilidade de transporte e dependência do centro regional. E o que é mais importante, a nomeação do pessoal técnico, inteiramente independente de critérios político-partidários.

Apenas para completar a breve síntese de quão acertadamente enfrentou o Uruguai o grave problema de saúde pública, enumeraremos a instituição de convênios e sistemas de coordenação entre o Ministério da Saúde Pública e do Conselho da Criança, para a realização do tratamento da sífilis congênita, até no âmbito municipal; também, no que

concerne à campanha antituberculosa, sob o mesmo padrão; o zoneamento dos hospitais, em todo o país; o Banco de Medicamentos Imprescindíveis; o Centro e o Banco Oftalmológico; a utilização dos radio-isótopos em medicina; o teor iódico das águas potáveis, bem como a sua floração; os serviços de transfusão de sangue, nos Hospitais Macial, Pasteur e Pereira Rossel; o Instituto dos Cegos; o Hospital Doctor Pedro Visca; o Asilo para Velhos Luís Piñeyro del Campo; as Colônias de Aliados Drs. Bernardo Etchepare e Santin Carlos Rossi; os hospitais Vilardebó e Fermin Ferreira; a Casa Maternal; o Dispensário Calmette; o Serviço de Coletividade; o Preventório Infantil de Cerro; o Serviço de Assistência e Proteção Social à Mãe; a Escola de Enfermeiras "Dr. Carlos Nery"; o Departamento Odontológico; o Instituto de Cirurgia para Pós-Graduados; o Instituto de Traumatologia, o de Endocrinologia, o de Radiologia; o Instituto de Ciências Biológicas e o Instituto de Epidemiologia e Enfermidades Infecto-Contagiosas "Doctor José Scoseria"; o Laboratório Central de Química; o Instituto Anti-Rábico e tantos outros mais organismos, centros e serviços onde o Ministério da Saúde Pública atende ao cumprimento específico das suas atividades básicas. No Uruguai a administração sanitária pelo Estado, como tutela do direito e da obrigação de atender à saúde coletiva e individual, mudou repentinamente sua trajetória nos últimos lustros e seu ritmo de progresso se acelera, indo além dos limites previstos; neste sentido foram encaminhadas as providências na adequação à nova modalidade e no enfrentar os problemas com outra concepção, que deriva da solução que se opera nos conceitos básicos dos deveres do poder público, frente à comunidade nacional. Como resumo, poderemos concluir que o povo uruguaio conhece educação sanitária e cuidados alimentares, tendo para isto os estabelecimentos próprios e a alimentação condizente. Os índices de consumo "per capita", de leite, carne e pão, são no Uruguai, dos mais altos da América do Sul, em muito superiores aos melhores do Brasil. Justifica-se assim por tôdas estas razões o bom resultado do quadro geral de higidez do povo uruguaio. Com cerca de 2,6 milhares de habitantes luzem seus cidadãos bom estado físico geral, de robustez comprovada, cujos atestados estão nos meritórios desempenhos de suas equipes nas competições internacionais, corroborando o cuidado com que o Governo Oriental trata e considera o problema de saúde pública que, juntamente com os de educação e previsão social, são aquêles para os quais no orçamento se destinam as maiores verbas.

Regiões endêmicas

Não existem no Uruguai regiões endêmicas.

Situação cultural. Educação. Ensino em geral

Caracteriza-se o Uruguai no conjunto das nações sul-americanas pelo relativamente alto nível cultural alcançado por sua população. Esse progresso é devido a dois fatores principais: a alta porcentagem de popu-

lação que vive em centros urbanos e, principalmente, os esforços realizados pelos governos nesse sentido.

A instrução primária (ciclo de 6 anos) é, desde a reforma vareliana, (José Pedro Varela entre 1845 e 1879) gratuita e obrigatória. É também a instrução correspondente ao ciclo secundário (6 anos) e ao superior. A esta instrução oficial se agrega a ministrada por instituições particulares, leigas ou religiosas.

O ensino industrial e agrícola tem alcançado ampla difusão, existindo escolas industriais em todos os departamentos, além de numerosas escolas-granja, dependentes em geral da chamada Universidade do Trabalho.

O número de analfabetos no país acredita-se ser da ordem de 20% do total da população em idade escolar. (Preston James em seu livro "Latin America", consigna melhor índice: somente 15%, de certo modo confirmado pelo número de eleitores inscritos em 1958, cerca de 1.400.000 para uma população estimada em 2.600.000).

O número de escolas primárias se aproxima de 2.000 sendo cerca de 115 os liceus de ensino secundário, dos quais 40 se acham localizados em Montevidéu.

O número de escolas primárias particulares assim como de liceus reconhecidos oficialmente, é importante.

Em Montevidéu e em outros centros urbanos existem numerosas escolas comerciais privadas.

O ensino superior ministrado na Universidade da República (1838), compreende os ramos técnico e científico. O primeiro abarca as Faculdades de Agronomia, Direito e Notariado, Ciências Econômicas, Engenharia e Agrimensura, Arquitetura, Química e Farmácia, Medicina, Odontologia, e Veterinária.

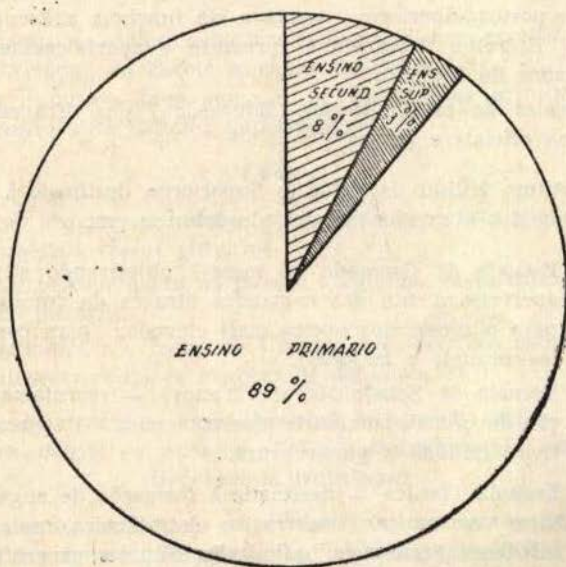
O ensino científico, orientado para as investigações e pesquisas científicas, é ministrado na Faculdade de Humanidades e Ciências. Praticamente, o ensino científico tem sido ministrado também nas faculdades de orientação técnica, as quais têm contribuído para a formação de alguns cientistas que têm alcançado projeção no campo da ciência. Entretanto, corresponde à novel Faculdade de Humanidades e Ciências desempenhar este papel de forma preponderante.

O Instituto Normal de Montevidéu, e outros do interior, formam professores do ensino primário; o Instituto de Professores (Montevidéu), de formação relativamente recente, forma professores de ensino secundário.

Destacada influência cultural e nas pesquisas científicas, é desempenhada pelos museus de História Natural, Histórico Nacional, o Museu Pedagógico e a Biblioteca Pública Nacional (muito bem dotada), sendo também eficaz a ação do Serviço Meteorológico, Serviço Geográfico Militar, Instituto de Investigações Biológicas, o Instituto de Higiene e o Instituto Geológico.

~ SITUAÇÃO DO ENSINO NO URUGUAI ~
(Dados de 1953-1954)

	Estabelecimentos e nº de alunos			Observações
	Zona Urbana (1)	Zona Rural (2)	Total	
Ensino Primário (ciclo de 6 anos)	547 <u>164.872</u>	1.311 <u>72.623</u>	1.858 <u>237.495</u>	(1) Em MONTEVIDEO: - 182 escolas com 55.398 alunos (2) Das quais 101 escolas granjas com 7.225 alunos Frequência: 84%
Ensino Secundário (ciclo de 6 anos)	115 <u>21.000</u>	—	115 <u>21.000</u>	40 em MONTEVIDEO
Ensino Superior	20 <u>8.500</u>	—	20 <u>8.500</u>	Todos em MONTEVIDEO



URUGUAI: Relação percentual entre as categorias de ensino.

Algumas instruções particulares, entre as quais citaremos o Ateneu, o Instituto de Estudos Superiores e o Instituto Histórico, cooperam de forma destacada para o desenvolvimento cultural do país. O SODRE (Serviço Oficial de Difusão Rádio-Elétrico) e a Escola Nacional de Belas Artes têm colaborado no desenvolvimento da cultura artística.

Ensino militar

O ensino militar do Uruguai apresenta bastante semelhança com o do Brasil. Existem os seguintes estabelecimentos:

- Liceu Militar (Colégio Militar), criado em 1947, ministra o ensino relativo aos 3º e 4º ano ginasiais além da instrução pré-militar.
- Escuela Militar (curso de 3 e 2 anos para as Armas e Serviço de Intendência) ministra ensino primordialmente técnico, destinado a proporcionar ao oficial ampla base científica. No aspecto profissional destina-se a formar o comandante de seção das diferentes armas. Funciona normalmente com cerca de 300 alunos.
- Escuela de Aeronáutica Militar — desmembrada em 1948 da Escuela Militar destina-se à formação de pilotos militares e técnicos em aeronáutica.
- Escuela de Armas y Servicios (9 meses), destinado a capitães e tenentes de tôdas as armas e serviços, é obrigatória para o acesso aos postos superiores. Anexo a ela funciona a Escuela de Clases del Ejército, destinada à formação e aperfeiçoamento dos graduados do Exército.
- Escolas de especialização (Educação Física, Transmissões, etc.) para oficiais e praças.
- Instituto Militar de Estudios Superiores, destinado à formação de comandos e estados-maiores, desdobra-se em:
 - Escuela de Comando (5 meses) objetivando a preparação e aperfeiçoamento dos comandos através de cursos obrigatórios para o acesso aos postos mais elevados (para coronéis, tenentes-coronéis e majores).
 - Escuela de Estado Mayor (2 anos) — recrutamento e formação de oficiais auxiliares dos comandos. O ingresso é facultativo, limitado e por concurso.
 - Escuela Técnica — destinada à formação de engenheiros militares (armamento, construção, eletrotécnica, metalurgia, transmissões, aeronáutica, química e ciências geográficas).

Além destas funcionam, também, o Centro de Instrução de Oficiais da Reserva e algumas escolas para graduados tais como a Escola de Clases do Exército (já citada) e a Escola de Ferradores.

Ensino profissional

O ensino profissional é regido geralmente pela Universidade do Trabalho através de diversas escolas espalhadas pelo país. O ensino rural especializado é ministrado em 101 escolas-granja num total de 7.225 alunos.

Há ainda cerca de 74 outras escolas profissionais com frequência aproximada de 13.000 alunos de ambos os sexos.

Ensino técnico e científico

O ensino superior técnico e científico é ministrado principalmente (não exclusivamente) na Universidade da República que compreende as seguintes faculdades, cujos efetivos em 1954 foram:

Faculdade de	Direito e Notariado	3.100
"	" Química e Farmácia	1.000
"	" Humanidades e Ciências	900
"	" Medicina	900
"	" Ciências Econômicas	700
"	" Engenharia e Agrimensura	500
"	" Arquitetura	400
"	" Odontologia	250
"	" Agronomia	250
"	" Veterinária	150

Cite-se ainda o ensino superior, ministrado nas escolas superiores das Forças Armadas, na Escola Nacional de Belas Artes, no Instituto de Criminologia e outros, bem como o de instituições privadas como o Ateneu, o Instituto de Estudos Superiores, etc.

Cultos

O governo uruguaio é laico e este imperativo constitucional tem sido fielmente respeitado pelos governos.

A religião predominante no povo é a católica, resultante de sua própria formação histórica.

Todos os cultos são livres no Uruguai e os templos consagrados aos cultos das diversas religiões são isentos de impostos.

Organização do trabalho. Previdência e assistência social. Legislação.

Regulamentação do trabalho. Política trabalhista do governo.

Organização trabalhista

O Uruguai se notabilizou pelas realizações no terreno da solidariedade social; já foi mesmo chamado de "laboratório social das Américas". Dotado de uma legislação trabalhista avançada, tem sido o primeiro nas Américas na legislação e regulamentação do trabalho, incorporados à Constituição de 1938.

Assim é que em 1915 estabelecia a jornada de 8 horas de trabalho; em 1918 a proibição do trabalho noturno em padarias e estabelecimentos similares. Em 1919, regulava-se as indenizações por acidentes no trabalho e o direito à pensão dos cidadãos de mais de 60 anos. Em 1920 o repouso semanal e em 1923 o estabelecimento do salário mínimo. O direito às férias remuneradas, a regulamentação do trabalho das mulheres e crianças, a livre associação sindical e o direito de greve são outras tantas conquistas trabalhistas usufruídas pelo operariado uruguaio desde há muito.

Foi, também, o primeiro país sul-americano a dar o direito de voto à mulher; a legalizar o divórcio e a garantir um estatuto legal aos filhos ilegítimos (inclusive o direito de herança).

As leis são aplicadas e controladas pelo Instituto do Trabalho através de seus inspetores. Por sua vez, essa instituição é subordinada ao Conselho Superior do Trabalho, no qual representantes de empregadores e de empregados têm assento.

— A ingerência do Estado em empresas particulares data do começo do século, não usufruindo, porém, rendas de tais monopólios.

Atualmente o Estado interfere, praticamente, em todos os setores da economia; bancos, companhias de seguro, estradas de ferro, usinas elétricas, companhias telefônicas, matadouros, destilarias, refinarias, fábricas de cimento, pesca, restaurantes populares, etc.

Esta estrutura, entretanto, lhe é altamente custosa absorvendo cerca de 150.000 funcionários.

Algumas empresas estatais são organizadas sob a forma de autarquias, com verbas próprias e não sujeitas a intervenções políticas. Essas empresas são dirigidas por um Conselho de Administração composto de 5 a 7 membros nomeados pelo governo. 2/3 deles (3 no primeiro caso e 4 no segundo) são designados pela pluralidade dos votos dos seis membros do Conselho Nacional do Governo, e os restantes, pela pluralidade dos votos dos três membros da minoria do mesmo Conselho.

Fica, assim, assegurada a representação dos dois principais partidos que governam a vida política do país.

Padrão de vida

Mercê de tais conquistas, talvez prematuras, era de se esperar um alto padrão de vida no Uruguai.

Tal porém só ocorre em Montevideu e alguns centros urbanos. No interior, na "Campanha" o padrão de vida é muito baixo. Julio Martinez Lamas em seu livro "Riqueza y Pobreza del Uruguay" — 1946, assim retrata a Campanha uruguaia referindo-se a um pesquisador que, após ver

o progresso da capital fôsse à campanha: "... Mas se depois fôsse à campanha, às planícies onde se prepara e donde sai tôda aquela riqueza, para contemplar e analisar de perto a áurea gestação e o cadinho ou matriz que é fonte e base de todo aquêlo progresso, provàvelmente se negaria a crer no que seus olhos vissem. Contemplaria, com efeito, com a maior estupefação, cento e oitenta mil quilômetros quadrados de terras virgens cobertas de imensas pastagens sem fim, apenas cruzadas (exceto as estradas de acesso à cidade) pelos primitivos caminhos coloniais construídos pela natureza ajudada pelo conquistador; veria as mesmas estradas de ferro de vinte anos atrás levando, com raras exceções, vida penosa e vergonhosa, os campos vazios de colonos, as estâncias cada vez menos acessíveis ao homem, a mulher e os filhos quase desterrados nela, a agricultura lutando com dificuldades, a pecuária em crise, dependendo unicamente dos preços que os mercados estrangeiros paguem por suas carnes e lãs; a mesma falta de vontade, o mesmo estado essencialmente pastoril, a mesma ausência de indústrias rurais ainda que derivadas da pecuária e da agricultura; a mesma estagnação de produção, em qualidade e quantidade, a mesma estreita dependência econômica aos milímetros de chuva caída, o homem subordinado ao azar dos elementos naturais. Contemplaria, também, a população como que iluída no espaço quase vazio; a preguiça, a ignorância, o analfabetismo; a tuberculose, a sífilis, o alcoolismo e o jôgo realizando cada vez mais estragos".

Realmente, a predominância da grande propriedade territorial, observada na Campanha uruguaia é altamente desfavorável ao desenvolvimento econômico da região. Segundo dados oficiais de 1925, 8.375.000 hectares, isto é, quase a metade do país, estavam distribuídos por 3.196 latifúndios. Os grandes proprietários não têm a menor tendência em vender parte de suas terras; quando muito limitam-se a arrendá-las. O ambiente é pobre. Mesmo as casas dos estancieiros não se pode comparar, nem de longe, às mansões rurais dos proprietários argentinos. Os ranchos, casas dos peões, apresentam condições precaríssimas de higiene e conforto.

A falta de trabalho na Campanha tem dado origem a favelas rurais "rancheiros" onde se agrupam desocupados e delinqüentes em péssimas condições morais e sanitárias.

Lamas, no seu livro citado, cita cêrca de 130 dêsses "rancheiros" sòmente em 12 departamentos abrangendo a ordem de 16.000 habitantes ao todo.

O Estado vem procurando resolver o problema promovendo a subdivisão gradativa dos latifúndios. O Banco Hipotecário e outros organismos oficiais facilitam a aquisição de terras pelos trabalhadores do campo. Os resultados dessa política serão obtidos lenta, porém decisiva-

mente. Veja-se, por exemplo, a repartição e a utilização das terras, segundo o censo agropecuário de 1951 (pecuária e agricultura):

Superfície dos Estabelecimentos	Quantidade	Área ocupada Ha
De 10.000 ou mais	71	1.129.632
Entre 5 e 10.000 ha	316	2.064.750
" 2.500 e 5.000 ha	763	2.583.673
" 1.000 e 2.500 ha	2.452	3.809.704
De 500 a 1.000 ha	3.475	2.443.977
De 200 a 500 ha	7.241	2.272.014
De 100 a 200 ha	7.814	1.103.618
De 50 a 100 ha	10.375	732.440
De 20 a 50 ha	16.910	535.014
De 10 a 20 ha	13.771	192.891
De 1 a 10 ha	22.070	105.785
TOTAIS	85.258	16.973.632

A utilização da terra assim se define:

TIPO	Número de estabelecimentos	Superfície em ha
Proprietários	42.840	6.837.369
" arrendatários	8.097	4.168.760
" meeiros	900	134.558
Arrendatários	24.514	5.264.680
" meeiros	698	111.982
Meeiros	5.097	314.995
Ocupantes	2.667	97.170
Outras formas	445	43.118
TOTAIS	85.258	16.973.632

Característica principal dos estabelecimentos:

Pecuária	28.336
Leiteria	4.496
Agricultura	37.706
Fruticultura	2.977
Viticultura	3.490
Outras	8.253

85.258

Houve, pois, sensível melhora no quadro apresentado por Lamas.

Moral social e opinião pública. Hábitos e costumes sociais

É fato inegável a influência do meio geográfico sobre o homem. Enquanto o cidadão pouca ou nenhuma diferença apresenta dos demais habitantes das cidades do mundo, na Campanha existem tipos característicos de hábitos e costumes sociais bem definidos. Assim são o estancieiro (proprietário de estância), o peão e principalmente o gaúcho, homem pobre da Campanha, nascido de um amálgama de mulheres guaranis ou tapes e dos espanhóis que na falta de mulheres brancas, iam buscá-las entre os índios civilizados (Bauzá). Nêles se somam qualidades e defeitos, herança legítima de seu sangue mestiço. Tem, sobretudo, grande pureza de sentimentos; rústico, franco e generoso, decidido, inteligente e hábil é a herança dos seus antepassados o indígena e o velho espanhol. Afeito ao cavalo e cioso de sua liberdade pessoal.

Este tipo de homem, que se fez célebre até na literatura, tende já a desaparecer para transformar-se no simples peão de estância.

Liberdade de pensamento e opinião

É grande a liberdade de pensamento e opinião no Uruguai. Por esta razão, são aquelas plagas muito procuradas por aqueles que fugidos da tirania ou dos embates políticos adversos buscam, em outras regiões, o ambiente propício para a vida. São tradicionais na terra oriental os exilados políticos, brasileiros, argentinos, paraguaios, bolivianos e chilenos entre os da América do Sul que lá encontram hospitalidade, compreensão e entendimento e até novas forças para continuarem a lutar por seus ideais.

Mesmo as doutrinas exóticas encontram guarida para manifestarem a sua opinião partidária.

Opinião pública e sua influência sobre o governo

A imprensa escrita no Uruguai dispunha, em 1952, de 31 jornais, dos quais 15 diários, em Montevidéu. Sua circulação em Montevidéu representa praticamente 90% do total lido no país. Para se ter uma idéia das diversas correntes de opinião pública serão aqui enumerados os principais órgãos de imprensa, em Montevidéu, com sua filiação partidária ou orientação ideológica:

"El Diário"	— Colorado (Independente)
"La Ma�ana"	— Colorado (Independente)
"El D�a"	— Colorado (Batllista)
"Acion"	— Colorado (Batllista)
"El Pais"	— Blanco (Nacionalista Independente)
"El Plata"	— Blanco (Nacionalista Independente)
"El Debate"	— Blanco (Herrerista Nacionalista)
"El Bien Público"	— Catolico
"Justicia"	— Semanario comunista
"El Sol"	— Semanario politico-literario de aproximada ideologia ao partido Blanco.

A Agência Nacional de Informações (ANI), única agência oficial de noticiário, provê de seu único escritório, em Montevideu, a cobertura interna dos acontecimentos. O contato internacional é mantido pelas usuais agências estrangeiras, como a United Press, France Press, American Foreign Press e outras, que recebem, pelos cabos internacionais, o material a ser distribuído no Uruguai.

A imprensa falada é representada, no Estado Oriental, por organizações oficiais e privadas. O Serviço Oficial de Difusão Rádio-Elétrico (SODRE) é financiado pelo Ministério da Instrução Pública. Não tem anúncios e transmite apenas notícias e programas culturais. É universalmente conhecida a sua orquestra sinfônica, que desde 1931, brinda o povo uruguaio com notáveis programas orquestrais, tanto de autores nacionais, quanto estrangeiros. A sua discoteca, organizada por Francisco Curt Lange se distingue pela quantidade e qualidade de seu repertório.

Há quase 400.000 receptores de rádio na República que ouvem 59 estações, na maioria ondas-médias, apesar de algumas possuírem canais de ondas-curtas. Mais de 200 cinemas e em Montevideu 5 teatros e uma Escola de Arte Dramática dão ao país a existência de uma satisfatória rede de diversões artísticas.

Pode-se dizer, pois, que a opinião pública, no Uruguai, se expressa através de órgãos publicitários, que refletem as duas maiores tendências políticas — as correntes partidárias “blanca” e “colorada”, esta última conhecida por ser mais liberal e progressista.

Os “blancos”, mais conservadores e ligados aos meios clericais, têm-se apresentado com tendências antiamericana e brasileira, ao contrário dos “colorados” que, de certa forma, vêm mantendo uma tradição de laços mais estreitos com o Brasil.

Esta atitude dos “blancos” pôde ser mantida através desses últimos noventa e três anos quando, na oposição, suas opiniões e ações, nesse particular, não apresentavam reflexos de importância maior. Agora, que pelos resultados das eleições de 1958 assumiram a direção da nação é de se esperar a manutenção desta linha de ação, pelo menos no que concerne aos E.E.UU.

A influência da opinião pública sobre o governo pode ser aquilatada, no momento, na questão do colegiado.

Parte ponderável da população lhe é contrária, embora tenha sido aprovada no plebiscito de 16 de dezembro de 1951, e novamente, em novembro de 1958 quando, submetida essa forma de governo ao juízo popular, não foi obtida a porcentagem necessária à sua revogação e conseqüente volta ao regime presidencial. (Dois foram os projetos de reforma constitucional apresentados ao povo; cada um deles necessitando, para ser aprovado, dos seguintes índices mínimos: 35% dos eleitores inscritos ou 50% dos votantes. A apuração das eleições acusou o seguin-

te resultado: Reforma Herrera: 16,74% dos eleitores inscritos e 2304% dos votantes; Reforma União Cívica: 10,90% dos eleitores inscritos e 15,01% dos votantes. Insuficiente, pois).

Ressalte-se, contudo, que a apresentação de dois projetos de reforma constitucional, ocasionando a natural divisão de votos, desanimou grande número de votantes que se abstiveram de pronunciar-se a respeito, pois de antemão já era possível verificar-se a quase impossibilidade de isoladamente, cada um deles obter os índices necessários.

Mesmo assim, os dois projetos em conjunto acusaram 38,05% dos votantes, o que quer dizer, quase 400.000 cidadãos se pronunciaram contra a forma colegiada, o que indica a pouca firmeza desta forma de governo no Uruguai.

Atitudes nacionalistas e internacionalistas

O Uruguai é um dos países da América, em que, por tradição, mais se cultua o nacionalismo, apesar de no seu desenvolvimento cultural se apresentarem com ponderável expressão correntes ideológicas de um internacionalismo, coletivismo ou universalismo bem compreensíveis. O seu governo tem tido atitudes nacionalistas bem claras e definidas, a par de firme adesão ao espírito da OEA e da ONU, a quem tem emprestado cooperação. Vemos, contudo, que é ainda muito forte no Uruguai o espírito nacionalista. Forte e ainda mais reforçado com um complexo que se projeta nas manifestações diárias, com tónicas sempre vivas. O seu futebol "es el mayor del mundo", sua poetisa "es la poetisa de las Americas"; seu gado e suas ovelhas, ou melhor sua carne e sua lã, "parejas a los merinos australianos" e daí por diante.

Há grande aversão pela interferência estrangeira nos negócios uruguaios, não sendo vista com bons olhos a atual influência norte-americana, dos "gringos" como são chamados.

Grau de tolerância, referente às minorias estrangeiras. Organizações sociais que influenciam na opinião e na moral do povo

Em que pèse ao enunciado acima, é o Uruguai um dos países mais tolerantes no que se refere a minorias estrangeiras, com as quais convive seu povo num ambiente de compreensão e de amizade, principalmente aquelas que se aproximam mais de sua formação étnica, como os espanhóis e italianos. Apesar de ser dos países da América do Sul, um daqueles em que a influência do poder religioso não se faz tanto sentir na gestão dos negócios políticos, uma série de agências da Igreja Católica, como a União Social, a Liga das Mulheres, a União Econômica e a Ação Católica agem de maneira a influenciar na opinião e na moral do povo. No que tange a órgãos de classe tutelando ou orientando interesses econômicos sociais, cabe aqui destacar a Associação Rural e a Federação

Rural do Uruguai, representativas das maiores fontes de riqueza do país (gado e lã) e que, através de intensa ação pública, exposições, revistas e outras publicações, a par da ação política de seus elementos, constituem poderosa e sempre ativa corrente de opinião pública cujo peso nas decisões governamentais é sempre considerável.

Apreciação

— O Uruguai está historicamente integrado; com um passado de lutas, civis e militares, já incorporado ao "substratum" nacional tem plena consciência de sua liberdade, sendo, seu povo nacionalista estreado em geral.

É possível que no início de uma guerra em que o Uruguai se veja envolvido, ocorram opiniões discordantes quanto ao melhor rumo a seguir, inclusive poderá haver elementos que trabalhem contra a decisão governamental. Entretanto, essas opiniões ou ações contrárias jamais serão contra a pátria e a independência do povo.

As tensões sociais no Uruguai têm raízes ideológicas (problema intervenção estatal x livre empresa), econômicas, (problema do desenvolvimento, economia agrária x economia industrial) e raízes filosóficas.

— A composição é a distribuição da população no poder nacional é boa. Em princípio, as classes dirigentes do país se compõem de elementos ligados às principais atividades econômicas da nação. Apesar de acen-tuado espírito civilista, ainda cultua as tradições guerreiras muito embora se vá apartando pouco a pouco das concepções e realizações militares.

— As taxas de natalidade e mortalidade são baixas, com predomínio da primeira sobre a última, predomínio este que vem caindo nos últimos anos. Daí podemos concluir que o crescimento populacional tende a decrescer.

— Com exceção da região de Montevidéu, a repercussão das migrações internas é pequena.

— A influência do imigrante tem sido positiva em todos os campos da atividade humana no Uruguai, não havendo a ocorrência de quistos étnicos. É baixa, contudo, a corrente imigratória, constituída, em sua maioria, de espanhóis e italianos.

— Os valores qualitativo e quantitativo da mão-de-obra podem ser considerados bons. A educação dando, conforme os casos, a formação e o preparo convenientes, a saúde pública conservando a força do trabalho e os bens móveis de renda nacional do Uruguai "per capita" confirmam essa assertiva.

— O nível cultural da população é bastante bom. A reforma veleriana preparou o caminho para uma rápida alfabetização do país e desenvolvimento cultural bastante pronunciado o que permitiu ao Uruguai atingir um dos mais altos índices de alfabetização nas Américas (entre 80 e 85%) e chegar o país a sua estabilidade política e à prática de uma democracia real e cada vez mais perfeita.

— A organização do trabalho é das mais adiantadas do globo. A eficiente assistência social ao trabalhador e à sua família tem permitido o desenvolvimento econômico bastante apreciável, mantendo-se o país em alto nível econômico.

— A base moral do povo é satisfatória e sua psicologia nacional evada de forte conteúdo nacionalista. O patriotismo de sua população é bastante acentuado assim como o sulto às suas figuras nacionais. Nestas condições apresenta elevado grau de combatividade, maior individualmente que em conjunto, dado o caráter civilista do povo.

— As tendências políticas das elites e a economia nacional leva-os a uma concepção predominante de ação estatal; e as massas acompanham esses sentimentos em anseios de melhor assistência e mais ampla colaboração nas tarefas propriamente de governo.

— Uma opinião pública esclarecida, vigilante e combativa acompanha "pari-passu", através de seus meios de expressão, as ações governamentais.

A orientação e controle da opinião pública se faz através das organizações e grupos econômicos que dirigem aqueles meios.

— Atualmente no conceito dos países americanos, o Uruguai aparece como nação cultural, social e economicamente desenvolvida, e um modelo de democracia.

— Já chegou o tempo, companheiros e amigos, em que a morte é melhor que a vida e a vida mais cruel que a morte (Miguel XI).

— Soldados! Podeis abandonar essas mochilas porque são vossas, mas esta Bandeira, não, pois é da Pátria (General Prim).

— O sol que assoma no cimo dos Andes irá ser testemunha do triunfo de nossas armas (San Martín).

"A DEFESA NACIONAL"

CORPO DE REDADORES PARA 1961

REDATOR-CHEFE — Major José de Sá Martins

COORDENADORES :

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas ...	Assuntos Militares
Cel-Av Délio Jardim de Matos	Aeronáutica
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu ..	Exército
Cmt J. A. Carneiro de Mendonça ...	Marinha
Ten-Cel Carlos de Meira Mattos ...	Guerra Revolucionária
Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim	Geografia
Ten-Cel J. R. Miranda Carvalho ...	História
Ten-Cel Celso dos Santos Meyer ...	Caso de Espionagem
Ten-Cel Octavio Tosta	Geopolítica
Ten-Cel Mário de Assis Nogueira ..	Psicologia e Liderança
Ten-Cel Ézio de Melo Alvim	Ciência e Técnica
Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello ..	Candidatos à EsAO
Maj Adyr Fiuza de Castro	Engenhos-Foguetes e Satélites
Maj Amerino Raposo Filho	Doutrina Militar Brasileira
Maj Leopoldo Freire	Assuntos Diversos
Maj Germano Seidl Vidal	Candidatos à ECEME
Maj Confúcio Pamplona	Guerra Atômica
Maj Dário Ribeiro Machado	Nossas Guarnições Militares
Cap-Ten Ayrton Brandão de Freitas	Ed. Física e Desportos
Cap Diógenes Vieira Silva	Guerra Química

PORTUGAL NA ÁFRICA

Afora a Guiné Portuguesa, as duas grandes províncias portuguesas na África são Angola e Moçambique.

Angola banhada pelo Oceano Atlântico e Moçambique pelo Índico, seus territórios como que se voltam as costas. Desde o início da colonização os portugueses sonhavam reuni-los, sem nunca o terem conseguido.

Angola é a mais vasta das possessões portuguesas, com uma superfície aproximada de 1.246.700 km², quase tanto como Portugal, Espanha e França reunidos. Sua população orça por 4.200.000 habitantes, composta de três elementos principais: o negro bantu, que forma a grande maioria, e representa a transição entre o negro e o hamita; o hotentote, em número reduzido, ao sul, em regiões mais secas, muito atrasado e pastor nômade; e o branco, em número também reduzido, na administração e atividades econômicas principais. Angola foi descoberta em 1846 pelo navegador português Diogo Cão.

Moçambique tem uma superfície de 771.125 km², com uma população de perto de 5.800.000 habitantes, havendo uma predominância quase absoluta do negro bantu. Data de 1505 a ocupação portuguesa, com Pedro de Anaia, 1^o Capitão da colônia. Anteriormente, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral já haviam estado na região, em suas viagens para a Índia.

A penetração pelo interior foi tentada por Lacerda em 1798, mas coube aos mestiços José Amaro e João Baptista realizar o sonho transcontinental dos portugueses em 1806. Eles precederam, pois, a David Livingstone, que, em 1853-56, transpôs o continente, de oeste para leste, de São Paulo de Luanda a Quilimene.

Estimulados pela viagem de Livingstone e apreensivos com a ambição dos ingleses instalados no Cabo, os portugueses retomaram a exploração da África Central. Com o apoio da Sociedade de Geografia, vencendo imensas dificuldades, Serpa Pinto atingiu o Zambeze e Durban, na costa do Índico, em 1878. Essa travessia solitária e espetacular, teve enorme repercussão na Europa, e os portugueses de Angola tiveram a impressão de que finalmente Lisboa iria se interessar por eles.

As viagens de outros exploradores constituíram outros tantos motivos para que os portugueses pretendessem estender sua soberania sobre a África Central, mas a Europa se interessou pelo problema antes que Portugal aí se visse instalado.

Um projeto de tratado anglo-português, em 1884, sobre a bacia do Congo, deu origem à Conferência de Berlim (1884-85), que reuniu os interessados na partilha da África. O futuro iria mostrar que essa iniciativa nenhum benefício traria para Portugal. Lisboa despertara tarde

demais. Cinquenta, ou mesmo dez anos antes, ter-lhe-ia sido fácil ocupar o imenso território entre Angola e Moçambique. Salisbury sustenta que Portugal não ocupara os territórios reclamados, contrariando o disposto na Conferência de Berlim. Em 1890 um acôrdo fixa as fronteiras de Moçambique, pondo t rmo ao sonho transafricano de Portugal. Serpa Pinto, um dos heróis da aventura portuguêsa, suicida-se quando constata que Angola jamais se unirá a Moçambique, permanecendo cercada.

* * *

Com o advento do Estado Nôvo, instaurado por Salazar, ex-Ministro das Col nias, surge o Ato Colonial de 1930, que estabelece os princípios gerais da política de além-mar. A Carta prevê: administra o centralizada, interdi o do emprêgo de nativos por companhias particulares (escravidão disfarçada) e obriga o de pagamento ao trabalhador africano. Essa Carta se destinava a ser o elemento fundamental da nova política portuguêsa, estabelecendo uma liga o mais estreita entre a metrópole e as possessões de além-mar. Em 1951, o Ato foi incorporado   Constitui o portuguêsa, e as col nias passaram a ser denominadas províncias de além-mar, considerada mais conforme com os princípios de unidade e coopera o.

Angola e Moçambique são representados na Assembléia Nacional de Lisboa, mas o poder depende do Ministério de Além-Mar.

A suprema autoridade local   a do Governador-Geral, representante do Estado e responsável pela unidade política. Nomeado por quatro anos,   investido de consideráveis poderes, como acontece com os governadores inglêses e franceses. Em matéria de legisla o, o Governador   teoricamente orientado por um Conselho Legislativo, que discute e sugere medidas sôbre os problemas que lhe são apresentados pelo Ministro e pelo Governador. Esse Conselho constitui uma válvula de segurança contra os descontentamentos dos nativos, dando-lhes a impressão de participarem do gov rno. Em virtude de sua forma de elei o, pode-se dizer que nenhum dos membros do Conselho representa efetivamente os nove milhões de africanos das duas províncias.

Na prática, Portugal emprega a administra o direta, ignorando as elites locais, e impondo sua vontade em nome dos superiores interesses da soberania portuguêsa. Essa prática enfraqueceu consideravelmente a autoridade tribal, estando a máquina administrativa inteiramente em mãos de portugueses. A hierarquia assegura um contr le completo das popula es, o que permite ao gov rno português expressar a opinião de que suas províncias são as mais dóceis e confiantes de tôda a África.

* * *

A onda de independência que sacode o continente africano, não obstante, já chegou às províncias portuguêsas. Segundo observadores inglêses, há entre os portugueses interessados na África três grupos: um

dêles é pelo estabelecimento de um regime mais liberal, em substituição ao atual, que possa possibilitar a futura independência das províncias, tal como aconteceu com o Brasil, amigavelmente, sem luta colonial. Outro grupo é o dos residentes na África, que aspiram à independência total de Angola e Moçambique ficando êles, os brancos, senhores da situação. Um terceiro grupo é constituído por negros africanos, lutando pela libertação das províncias sob a liderança dos líderes nativos. Esse movimento de resistência já conta com inúmeros adeptos, apoiados pelos líderes de outros países africanos já independentes.

Face a esta situação, o governo de Lisboa vem enfrentando dificuldades crescentes. No plano interno, sua posição ficou fortalecida com os acontecimentos do Congo, de Gana e da Guiné. Todos os portugueses, sem distinção de partido, se uniram contra a pressão dos próprios aliados de Portugal por uma modificação da situação das províncias africanas. Recentemente, essa posição ainda mais se fortaleceu com a perda de Goa, Damão e Diu:

Em discurso pronunciado em novembro último, Salazar admitiu a necessidade de ser a administração das províncias entregue mais e mais a organismos locais, resguardado o espírito de unidade, concluindo que o governo estava pronto a examinar tôdas as sugestões no sentido de modificar a estrutura administrativa, desde que não viessem afetar o interesse geral e a unidade nacional.

Até que ponto as perspectivas entreabertas pelo governo português virão de encontro aos desejos dos liberais da metrópole, ou dos colonos portugueses ou dos líderes dos movimentos nativistas? A conjuntura é especialmente difícil, e Portugal não pode esperar ajuda, quer dos Estados europeus, quer dos outros Estados africanos. Por sua situação histórica, um país — o Brasil — pode ajudar Portugal e conduzir a questão de modo a resguardar o amor-próprio das partes. Em que pese suas dificuldades internas atuais, o Brasil está voltando os olhos para os amplos mercados potenciais da África, e sua tradicional política externa de moderação e equilíbrio lhe assegura uma situação ímpar de autoridade e prestígio como mediador.

No dizer de muitos observadores, a administração portuguesa pecou menos por ação que por omissão. Considerando as províncias como parte integrante de Portugal, não preparou os africanos para a autonomia, mas não se pode dizer que tenha sido vil nem tirânica.

De qualquer modo, a questão está posta no plano internacional, e agora, com a perda dos enclaves indianos, é difícil esperar que o governo de Lisboa se sinta com autoridade interna suficiente para conduzir uma ação mais liberal, como parece ser a tendência desejada pelos demais países.

— Das lutas que nos esperam, no caminho da vida, as mais difíceis são as da consciência e do caráter.

UM APELO

PREZADO COMPANHEIRO,
apelamos para **você**, que pode ajudar à
Seção do Candidato à ECEME de "A DEFESA
NACIONAL".

Buscamos orientação para o próximo
ano, que atenda aos anseios dos candidatos
e esteja apoiada na valiosa e indispensável
contribuição dos oficiais de EM, dos alunos
da ECEME e dos próprios candidatos.

Encarecemos o valor de sua ajuda, atra-
vés da remessa de ensaios, resumos ou ques-
tões resolvidas.

Precisamos de suas críticas e de suas
sugestões.

Folgaremos em divulgar os trabalhos re-
metidos e em vitalizar o intercâmbio de idéias
que concorram para o fim precípua destas
colunas: Servir ao Candidato!

Dirija-se ao Major G. Vidal — 5ª Seção
— EME — Palácio da Guerra — GB.

O Redator

NOTAS — INFORMAÇÕES

TREINAMENTO ANTIGUERRILHAS

Um ponto importante na preparação da tropa para enfrentar guerrilhas é o de INFORMAR aos homens que essa forma de guerra existe e contra eles pode ser empregada. Isso lhes deve ser lembrado com freqüência. Os alemães, apesar de terem sabido antes da invasão da URSS (1941) que a doutrina de guerra soviética previa a ação de guerrilheiros na retaguarda do inimigo, não cuidaram devidamente do assunto, e por tal pagaram elevado preço.

É necessário que, em todos os exercícios, o problema da defesa contra guerrilheiros seja levado em consideração. As tropas precisam se acostumar, em cada estacionamento, se instalarem defensivamente, objetivando o combate em tôdas as direções. As posições de artilharia, instalações de suprimentos, manutenção, os PC, etc. devem estar aptos a se defenderem contra a ação de guerrilheiros.

INFILTRAÇÃO

A tática de infiltração não é nenhuma novidade e ninguém duvida de seu valor. Na COREIA os chineses muito a utilizaram, criando sérios problemas para as forças da ONU.

Em linhas gerais a infiltração consiste na introdução no dispositivo inimigo de pequenas frações de tropa capazes de hostilizá-lo, colher informações e balizar caminho para ação maciça de ruptura.

Normalmente a infiltração deve ser tentada em tôda frente, na busca da linha de menor resistência, para a qual serão então carreados os recursos necessários à obtenção da decisão.

A infiltração pode ser muito facilitada pelo terreno, e por uma condição de visibilidade limitada, capaz de prejudicar a observação do defensor.

As situações de confusão, decorrentes de bombardeios e ataques em força podem propiciar boas oportunidades para que pequenos grupos de homens atravessem as linhas inimigas, agindo com rapidez de movimentos, o que é sempre necessário numa operação de infiltração.

As tropas devem ser capazes de se infiltrarem com o mínimo de reconhecimento da posição inimiga.

A iniciativa individual e dos comandantes de pequenos escalões, é fundamental nesse tipo de operação. Muitas vezes a tropa que procura se infiltrar terá de se dispersar ao máximo na procura da brecha; cada homem terá, então, de ser capaz de agir isolado, e tomar decisões.

O conhecimento das técnicas, táticas e armamento do inimigo é importante.

Os dispositivos defensivos à base da dispersão, para enfrentar a guerra nuclear, muito poderão facilitar a infiltração.

Os países mais adiantados na Arte da guerra estão dando especial atenção a êsse tipo de operação, convencidos de que ela será de grande importância numa guerra futura. Dentro dessa idéia, o moderno treinamento de patrulhas é feito na base do lançamento das mesmas a grandes distâncias, em profundidade através das linhas inimigas.

O treinamento contra a ação de infiltração também é objeto de cuidados. O interior da posição e os espaços entre os núcleos devem ser continuamente vasculhados à procura de elementos inimigos. Tal deverá ser feito não somente nas situações defensivas mas ainda antes e durante ações ofensivas.

TABELA DE PREÇOS

ANÚNCIOS E PUBLICAÇÕES

	Cr\$
CAPA EXTERNA	30.000,00
CAPA INTERNA	20.000,00
PÁGINA INTEIRA	15.000,00
1/2 PÁGINA	8.000,00
1/4 PÁGINA	5.000,00
<i>OBSERVAÇÃO</i> — Reportagens — a combinar.	
<i>DESCONTO</i> — Para 6 inserções	10%
Para 12, idem	20%

A LOCUÇÃO A NOVOS SARGENTOS

² (Discurso do Cel GILBERTO PESSANHA, Cmt da EsSA, aos novos Sargentos do Exército que concluíram o curso daquela escola em 1961).

Com a cerimônia que estamos realizando, e o compromisso que acabais de proferir, encerra-se uma etapa de vossas vidas e inicia-se outra ainda mais importante para vós e para o Exército.

Aquí chegastes, meses atrás, após terdes enfrentado concorridíssima prova de habilitação intelectual, física e de saúde, na qual, pela vossa capacidade e condições individuais, sobrepujastes milhares de outros patrícios que almejavam ingressar nesta Escola. Voluntariamente, e sem dever favores a quem quer que seja, pela porta franca e democrática de um concurso aberto a quantos a êle quisessem concorrer, aquí vos apresentastes como os mais capazes.

Durante meses de trabalho diário, contínuo, quase sem lazeres, fôstes instruídos, treinados e educados intelectual, física e moralmente para as honrosas funções de Sargento das Armas do Exército que, a partir de hoje, exercereis onde quer que o serviço o determine.

Recebestes, pelo esforço e dedicação dos instrutores e monitores, pelo vosso zêlo e vontade de aprender e pela colaboração de todos quantos servem nesta Escola, os conhecimentos necessários ao exercício das vossas futuras funções, — cabedal que a vós caberá expandir, pela continuação dos estudos, pela prática diária, pela observação e, mais do que tudo, pelo empenho vosso em bem servir ao Exército.

Recebestes e presenciastes aquí, lições e exemplos da simplicidade, da ordem, do respeito e acatamento, da sinceridade, da altivez e elevado moral que regem a vida militar e regulam as relações entre os que dela participam.

Fôstes conduzidos e orientados, desde os primeiros dias, a compreender e praticar as normas e os elevados princípios que regem a organização militar e são basilares para seu perfeito funcionamento e sobrevivência: hierarquia, subordinação, obediência, lealdade, franqueza, camaradagem, respeito mútuo e, também, amizade cordial e firmeza sem blandícias.

Eis-vos, agora, alçados à cadeia de comando, com as atribuições, deveres e obrigações que o desempenho das funções de Sargento vos exigirá quando exercedes as tarefas que vos compete.

De agora em diante, tereis que dar ordens e serdes obedecidos; tereis que decidir e serdes compreendidos; tereis que orientar e serdes entendidos; tereis que advertir e serdes ouvidos; tereis enfim, que ser Chefes — não importa o escalão em que tal chefia vos é atribuída.

Releva, então, como último ensinamento que receberéis nesta Escola, apontar-vos algumas observações que poderão ser proveitosas, para o prosseguimento e sucesso da vossa carreira nesta, nossa nobre profissão das Armas.

O compromisso há pouco pronunciado vos dá um roteiro sintético, um resumo geral de conduta e ação. O vosso sucesso dependerá **do modo** pelo qual atuardes na vida diária da caserna ou fora dela.

Sereis Chefes e ireis comandar, função precípua de todo Chefe. É natural que cada um exerça o seu Comando de acôrdo com o próprio temperamento e resultados excelentes podem ser obtidos por indivíduos de natureza diferente; o essencial é agir com naturalidade e evitar qualquer exagêro, fantasia ou despersonalização. Comandar não resulta de impulsos ou imitações — é obra de meditação, de reflexão. Sêde vós mesmos.

Uma das qualidades principais do Chefe é ser amigo dos seus subordinados. Tal afeição se irradia através de atos que fixam o sentimento e a sinceridade de quem os pratica. Se revela:

— pelo respeito à dignidade de cada um. Vossos subordinados não são números apenas. Êles tem uma personalidade — sentimento e razão — que nem sempre transparece nitidamente nessa coletividade disciplinada que é uma tropa, ou diante das restrições regulamentares que rodeiam o soldado; mas ela existe, sempre.

O chefe deve ter o maior cuidado em não atingir a dignidade ou o brio de qualquer de seus homens — seu papel, ao contrário, é o de exaltar essas qualidades — para evitar, irreparavelmente, a destruição da confiança com que êles devem encará-los; deve ter, antes de tudo, o respeito pela forma — respeito absoluto que não implica em qualquer fraqueza de sua parte. Todo ato do chefe comporta, com efeito, dois aspectos: o fundo e a forma.

Esforçai-vos por dar sempre ordens justas, inspiradas pelo superior cuidado com o bem do serviço e não por capricho, fantasia pessoal; não vos esqueçais, também, de agir com tato e boas maneiras. Ser enérgico e exigente nas nossas prerrogativas e funções, não implica, necessariamente, em ser rispido ou brutal. Evitai que uma ordem justa possa dar lugar, por sua forma, a críticas ou reações que destruirão os seus efeitos. Evitai o formalismo e, muito mais, a intemperança de linguagem.

Como chefes, temos o imperioso dever de criar a **coesão**, fator que une, face ao bem comum, tôdas as individualidades. Mas temos também que dar a cada uma delas o seu valor pleno. Procurai, por outro lado, através de uma simpatia recíproca, ligar-vos ao maior número de homens possível da fração que chefiardes, para criar liames que contrabalançarão as más tendências e contribuirão para dar uma alma comum ao agrupamento. Para isso é necessário estudar e observar os homens, diferenciá-los, para atuar sôbre cada um de acôrdo com o seu feitio. Não sereis capazes de realizar essa tarefa se não tiverdes amizade pelos vossos comandados.

Evitai, por tôdas as formas, os erros de julgamento devido a falhas de observação ou a idiosincrasias espontâneas. Mais vale ser dito como benevolente nove vêzes, do que praticar injustiça, uma só vez que seja. Os homens difíceis, ou de personalidade forte, são, às vêzes, os melhores e, uma vez estabelecido o entendimento, a tarefa ficará facilitada. Não há maior satisfação do que aquela de reconduzir ao bom caminho os que dêle se afastaram.

Apreciai a franqueza e a espontaneidade dos vossos homens, mesmo quando estas forem intempestivas. Aquêles que nada dizem são, freqüentemente, muito mais perigosos. Conhecer nossos homens é, pois, de interêsse capital. A descoberta paciente das individualidades é a parte mais apaixonante, e a mais vital, também, da nossa tarefa.

O valor moral dos quadros é o elemento essencial da confiança que êles inspiram à tropa. Praticai as virtudes militares com zêlo religioso que inspire vossos subordinados a imitar-vos; por melhor que seja, não há nenhum ensinamento verbal que possa sobrepujar o **EXEMPLO**.

Sêde um exêmplo de dignidade para os vossos homens, pela vossa atitude, pelo vosso esmêro com os uniformes e equipamento pessoal, pelo comedido e correção da linguagem — sem vulgaridades, nem grosserias — pelas vossas relações cordiais com os companheiros de graduação, pelas demonstrações de união à vossa classe e respeito cordial aos superiores.

Lembraí-vos de que não existem dois homens em nós — um militar e um cidadão cômum; um que dá o exemplo no exercício de suas funções, outro que tudo pode se permitir fora delas. Pautai vossas vidas, tanto militar, como civil pelos mais elevados padrões morais e pelo maior respeito e acatamento às normas que as regulam. Demonstrei sempre vosso aprêço às autoridades e cooperai, voluntariamente, na defesa da ordem e dos bens públicos ou particulares. No serviço, ou fora dêle, conservai-vos, sempre, soldados, jamais deixando que seja alterado o vosso senso de honra, de pundonor, de respeito próprio e de amor ao Exército a que nos honramos em pertencer.

Finalmente, deservolvi e praticai a solidariedade — força garantidora da união do Exército, das Fôrças Armadas e da nossa Pátria na consecução dos objetivos de **ORDEM E PROGRESSO** que ardentemente almejamos.

Nos momentos difíceis que estamos vivendo, é preciso ter Fé: Fé na capacidade e no valor das nossas Instituições; Fé nos homens que dirigem os destinos da nossa Pátria; Fé nas Fôrças Armadas, garantidoras da ordem e das instituições nacionais; Fé na capacidade criadora e nas reservas de potencialidade da nossa gente que, a despeito dos obstáculos, — naturais ou criados — vem construindo êste país de que tanto nos orgulhamos! Mas, sobretudo, devemos ter Fé em nós mesmos, pela dignidade de nossa conduta; pelo esfôrço que realizamos em prol do bem comum, pela cooperação que emprestamos para levar o Brasil aos altos destinos que lhe estão reservados.

Neste dia de júbilo para vós — pela satisfação do dever cumprido e por terdes honrado e esforçadamente realizado o objetivo que aqui vos trouxe — eram estas as palavras que vos queria dirigir. Embora o pouco tempo da nossa convivência, aprendi a apreciar a vossa dedicação, o vosso interesse pela profissão e o vosso exemplar comportamento. Aprendi, também, a estimar-vos.

Permaneçei bons como aqui o fostes.

Deus vos guie!

NORMAS SÔBRE COLABORAÇÕES

- 1) Os trabalhos devem ser datilografados em um só lado do papel, espaço duplo.
- 2) Os gráficos, croquis e outros desenhos que devam acompanhar o texto devem ser feitos a tinta nanquim e conter indicações que os identifiquem com aquêle.
- 3) Tôdas as fôlhas do trabalho devem conter a rubrica do colaborador.
- 4) Junto às colaborações devem os autores indicar seus endereços (inclusive telefone)
- 5) As traduções e quaisquer trabalhos baseados em outras publicações devem indicar as fontes de onde foram extraídos, bem como, quando fôr o caso, declaração de estar o colaborador autorizado ao aproveitamento dos mesmos.
- 6) A Revista não restitui originais de colaborações enviadas, quer sejam elas aproveitadas para publicação ou não. Também se exime de qualquer justificação sôbre o não aproveitamento de colaborações.
- 7) Os artigos a serem publicados por partes, em diferentes números da Revista, só terão suas publicações iniciadas depois de estarem completos em poder da Redação. Esta se reserva o direito de fazer a distribuição da matéria pelos diferentes números no caso de não contar com indicações do autor.
- 8) As colaborações devem ser enviadas para o Diretor-Secretário.

DIA DO RESERVISTA E A SEGURANÇA NACIONAL

General Prof JONAS CORREIA
Diretor do Departamento Cultural
do Clube Militar

Palestra através da Rádio Charrua, de Uruguiana, a convite do QG-2ª DC, em 15-XII-961.

Há convites que, por sua mesma natureza, são como ordens: aqui, neste microfone da prestante Rádio Charrua, estou atendendo a um convite dos meus distintíssimos camaradas do Quartel-General da 2ª Divisão de Cavalaria, e acatando uma ordem, nêle implícita, do nosso glorioso e querido Exército. Ainda que afastado do serviço ativo, o militar brasileiro está pronto sempre, de corpo e espírito, para prestar serviços que a sua classe lhe solicite. É o meu caso, e muito honroso para mim.

No nosso país está-se comemorando o Reservista, expressão nacional e militar do cidadão capacitado a cumprir obrigações que a Segurança Nacional lhe confere, tendo em vista o caráter total dos conflitos modernos. Particularizando, o Reservista é o soldado. É o soldado em estado potencial; apto a completar sua instrução, no caso de as técnicas militares haverem avançado, no que respeite a armamentos e táticas; ou apto a entrar imediatamente em ação. De qualquer modo, o Reservista, seja qual fôr a sua categoria ou o seu escalão, constitui-se para o Exército a matéria-prima, a bem dizer a arma por excelência, a ser empregada no cumprimento das suas missões.

A lei de 4 de janeiro de 1908 é um marco de relêvo institucional para a vida da nossa corporação, que então se remodelava, atualizando-se. Na época, a dois passos da tremenda Primeira Guerra Mundial, o Brasil estabelecia a conscrição, mediante o sorteio de nomes de jovens que iriam preencher os claros, nas fileiras. Todavia, no ambiente social coeso, cheio de prevenções contra os quartéis, não teve aquela lei a eficácia desejável, — até que a voz apostolar de Olavo Bilac, o nosso maior poeta, fêz despertar no seio da mocidade brasileira o interesse entusiasta pela prestação do serviço militar. Os estudantes tiveram o privilégio de ouvi-lo e vê-lo, do olimpo da sua pregação cívica, esclarecendo-os, concitando-os, predispondo-os. Falava-lhes assim:

“Nunca fui, não sou, nem serei um militarista.

O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados.”

E lhes perguntava, para imediatamente, êle mesmo, responder-lhes, dando forma ao seu pensamento, imanente e intuitivo, o qual se ajusta aos nossos dias, com inteira precisão:

“Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da Democracia!”.

1915 e 1916 foram os anos da grande trepidação cívica, que culminou a 10 de novembro, com a realização, em todo o país, do sorteio que se destinava a incorporar os primeiros conscritos ao Exército Nacional.

Daí para cá, sobreveio o armistício de 1918, a profunda alteração na geografia do mundo, os preparativos para a Segunda Grande Guerra que, afinal, explodiu, envolvendo a maioria das nações, entre 1939 e 1945. E, em consequência dessa conflagração, a metamorfose que se operou em tôdas as manifestações da existência humana, possibilitou a emersão de conceitos novos, do ponto de vista político e militar, visando a garantir a sobrevivência dos povos nacionalmente organizados, independentes, autônomos. Um desses conceitos é o de Segurança Nacional, evolução de Defesa Nacional.

A nossa renomada Escola Superior de Guerra, onde se aprofundam os altos e graves problemas relacionados com a Segurança Nacional, ensina que a sua conceituação atual não se restringe ao campo militar, de vez que sua formulação e planejamento solicitam o concurso de todos. É, assim, que o Instituto de Sociologia e Política de São Paulo, de modo positivo, definiu Segurança Nacional (apud Josias de Carvalho Argons, *“Segurança Nacional”*, Boletim Informativo do Ministério da Justiça, abril-junho 1960, pág. 34) como sendo

“o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares, um Estado proporciona ao grupo humano que o integra, para consecução e salvaguarda dos seus objetivos nacionais.”

É claro que me estou situando dentro dos postulados que informam e encarecem o espírito ocidental, onde a liberdade é o alicerce da democracia a que se reportava Bilac, da que o insigne Pedro Lessa difundia, da que o ilustre Rui pregava com a paixão dos iluminados. É que numa democracia pode organizar-se um Exército como o nosso, a serviço da Nação, e só a seu serviço, como está inscrito na nossa Constituição, que tive a honra de subscrever, como constituinte de 1946. O Reservista brasileiro, pois, é um soldado nacional, federal; não é preparado, instruído, formado, para garantir um partido político, como acontece na Rússia soviética e seus satélites.

É indispensável dizer isso, de bom som, porque é exatamente esta uma das diferenças entre o regime comunista e o democrático. Ali o estado é militarista, totalitário, policial, violento, no sentido em que uma reduzida classe dirigente se apossou do partido único (eis um pa-

radoxo semântico, e sócio-político...), e esse partido se assenhoreou do país, com o apoio das classes militares, que são mantidas, de fato, e rigorosamente, para esse fim. Nem pode haver contestação séria à realidade de que o grupo de Krushev domina, no estado militarista russo, porque *"de alguns anos a esta parte, o poder de decisão na Rússia, em todos os problemas de estratégia mundial, escapa das mãos dos paisanos do Presidium para o punho de sabre do seu Ministério da Defesa"*, como refere Abelardo Cunha (*"O Jornal"*, Rio, 2-IX-961), concluindo que, se aquele Ditador não se comportar, como vem fazendo, as classes armadas comunistas porão outro em seu lugar... Porque no círculo vicioso do governo da Rússia, — em que os operários, os camponeses, os estudantes e professores, os comerciários e bancários, os cientistas e técnicos, os jornalistas, radialistas, literatos e artistas, e outros, nem de sombra participam ou colaboram, — porque nesse círculo vicioso, repito, o poder militar apóia o partido com a condição de este, por intermédio do grupo dominante, cujo chefe não muda nem se elege livremente, realizar a sua política de expansão e conquista do mundo. Porque, em essência, *"o bolchevismo, sob qualquer forma que se apresente, contrapõe-se à democracia política; o bolchevismo é o monopólio partidário, a intolerância ideológica, a repulsa às liberdades públicas"*, como nos avisa e ensina Osvaldo Peralva, em linguagem candente (*"O Retrato"*, Edit. Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1960, págs. 189-190). Ele, — que foi um comunista categorizado, e hoje é, decepcionado, um ardente e experimentado anticomunista, — muito importuna, com a sua obra *"O Retrato"*, os adeptos do credo vermelho, pelas verdades que divulga, as quais, depois de lidas, promovem uma verdadeira evasão das hostes minguantes do comunismo indígena.

Ora, no Brasil, não se formam reservistas para um Exército dessa qualidade; porquanto, e graças a Deus, o nosso é fundamentalmente, profundamente democrático, e trabalha, produz, realiza e se conduz, profissionalmente enquadrado dentro dos princípios de uma verdadeira e ativa democracia. Porque, numa democracia, como a nossa,

"o Poder Militar constitui uma garantia para a Segurança Nacional; garantia que pode, em tempo de paz, representar pesado ônus para a economia nacional, mas que, na guerra, é a mais forte expressão do Poder Nacional",

na palavra do Dr. Josias de Carvalho Argons, eminente Diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça (idem, *ibidem*, pág. 61).

Uma política de Segurança Nacional é um conjunto de atos de prevenir. E lá diz o rifão que um homem prevenido vale por dois... O mundo atual vive de surpresa em surpresa, pois é patente que duas grandes forças se defrontam; uma, agressiva, impertinentemente ameaçadora, auto-suficiente, a pan-eslava, ou melhor a sino-soviética, com o seu rebanho de nações submissas, de autodeterminações juguladas; outra, democrática, livremente esclarecida e determinada. E haverá guerra? ou já estamos em guerra, disputando a supremacia política do mundo?

Divirjo dos que acham que o ocidente aspira a êsse domínio: não! As forças ocidentais se opõem a que o comunismo nos venha a avassalar. E isto é tudo!

Veja-se um aspecto da luta em que, mau grado nosso, já nos debatemos. Explorando, a seu favor, o princípio da autodeterminação dos povos, o comunismo recruta, entre as nações afro-asiáticas, uma boa parcela de futuros soldados de sua causa usurpadora. Não é novidade, isso, para ninguém... E até casos de denúncia ao mundo civilizado, dessa monstruosa maneira de solapar os alicerces da paz mundial, têm vindo ao nosso conhecimento, como aquê do estudante africano de Uganda, Everest Mulekezi, e outros, atraídos a uma "*universidade da amizade*", em Moscou, e lá afinal, compulsoriamente doutrinaados para se tornarem soldados da causa comunista, porquanto (in revista "*Seleções*", Set 1961, pág. 96),

"desde que a União Soviética lhes estava financiando a educação, era de esperar que êles (os estudantes africanos, sobretudo seduzidos) agissem e pensassem como os comunistas lhes mandavam!".

Enquanto isso, o ocidente continua procedendo democráticamente, e recrutando os seus soldados entre homens e mulheres que livremente compreendem e sentem que, num caso de guerra, a primeira mobilização é a das almas! E o melhor soldado, por isso mesmo, é o soldado democrata, a salvo das inibições que o medo e a ignorância geram. Dêste tipo, sim, é o nosso, em honra e afirmação de quem, como Reservista, se estão realizando, em nossa Pátria, as devidas comemorações.

Temos de falar em guerra, como, por acaso, os médicos falam em doenças. Um saudoso amigo, esculápio dos mais ilustres que conheci, o Dr. Oscar Clark, costumava demonstrar que a mais eficiente medicina era a preventiva... Transplantando o ensinamento, acredito em que o melhor modo de se intentar vencer uma guerra é preveni-la. E a formação das reservas é uma atitude política de previsão e prevenção, que os governos não podem nem devem descurar. Nas democracias, como a nossa, êsse é um trabalho, essa é uma função que nos incumbem, a nós militares, e que bem recomendam, junto à atenta população civil, os quadros profissionais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Desafortunadamente, a nenhum mortal é dado estabelecer quando, nem como estala uma guerra. Mas os responsáveis pelo bem-estar e pela segurança dos povos, como o brasileiro, têm de conjecturar com firmeza sôbre o possível advento do trágico sucesso, — hoje, muito diferente, para pior, do que o que ocorreu em 1914-1918; hoje, muito mais cruel e devastador, do que o foi em 1939-1945; hoje, atormentadoramente vaticinado como vindo a ser a última catástrofe, em que poderá submergir, para desaparecer, o gênero humano.

A fim de opor uma reação às ameaças de aniquilamento, o mundo livre tem os seus meios de defesa ativa, que deverão ser rápidos e enérgicos, na ordem em que a guerra atômica vier a impor uma quase instantânea mobilização, sob pena de as nações agredidas ficarem impossibilitadas de revidar o ataque, que poderá aparecer inopinada e simultaneamente, nos ares, no mar e em terra.

Quando falei na mobilização das almas, primeiro passo na direção de uma eficiente mobilização de forças combatentes a ser conseguida com rapidez, e em proveito de todos, inspirava-me em Batista Pereira, o genro digno de Rui Barbosa. É que essa é uma forma de predispor todos os homens e mulheres úteis para o esforço, necessariamente vantajoso, de auxiliar, de cooperar, cada um no setor que lhe fôr indicado, se o horror da guerra nos atingir. Assim, o dever de defender a nossa Pátria será cumprido naturalmente, democraticamente, como um ato de fé, que o nosso Deus, o Deus que está presente na invocação da nossa Constituição Federal, abençoará e bendirá.

CAUTELA! O INIMIGO ESTÁ ESCUTANDO

Os militares de todos os postos e graduações devem ser comedidos nas suas conversações em público, ou com elementos estranhos à vida militar. Um assunto, dado aparentemente inocente, pode ser um importante informe. A informação geralmente nasce da reunião de vários informes, muitos dos quais, isoladamente, sem nenhum valor.

Coopere com o desenvolvimento do BRASIL dando preferência aos produtos nacionais.

“A Segurança Nacional exige completa revisão da sua doutrina, da sua concepção, da sua metodologia e planejamento, não só em virtude da possibilidade do emprêgo das armas modernas de destruição, como e sobretudo pela introdução dos métodos e técnicas da guerra fria, que está decidindo os destinos da humanidade.”

(De uma conferência do Prof. A.C. Pacheco e Silva, da Universidade de São Paulo, para a ESG.)

“O verdadeiro segredo da felicidade consiste em se amar a própria profissão.”

LIVROS

A MANOBRA NA GUERRA (Maj Amerino Raposo Filho)

Comentário do Maj MIGUEL A. ARRAES DE ALENCAR

Entre os últimos livros editados pela Biblioteca do Exército, um há que inegavelmente está destinado a tornar-se um clássico na literatura militar brasileira.

Trata-se da obra do Major Raposo, "A Manobra na Guerra".

Escrita em termos simples e precisos, e com um estilo atraente, está ela ao alcance dos menos entendidos na matéria, que encontram pela primeira vez, em língua portuguêsã e de autor brasileiro, trabalho de tal profundidade.

Cumprê ressaltar, que o major Raposo não se limitou a coordenar e apresentar de maneira racional o que leu e estudou na bibliografia apresentada na página final do volume, e que, por si só, já seria trabalho de grande mérito. Ele vai além, apresentando conceitos e conclusões próprias que demonstram profunda cultura profissional e domínio completo da História Militar.

A conceituação da Manobra, que modestamente diz ser uma variante de outras duas (Gen Flamarion B. Lima e Cel Dancourt), é sem dúvida uma nova definição, mais rica e completa.

A conclusão relativa à pergunta, "se as manobras serão "a priori" ou "a posteriori" na guerra de futuro", revela visão aguda e perscrutadora.

Os exemplos acima mostram bem a magnitude da obra, cuja leitura é aconselhável a todos os oficiais, particularmente os de Estado-Maior.

Temos apenas um reparo a fazer. O subtítulo do livro, parece-nos estaria melhor se fôsse "Síntese Racional", isso porque, se a guerra como um todo admite uma filosofia que lhe justificará ou não os fins, a Manobra, como princípio que é, não pode ser encarada filosoficamente, como não o podem ser os princípios das outras Artes e Ciências.

ATENÇÃO REPRESENTANTES

Para que o companheiro transferido continue recebendo regularmente esta Revista, avise-nos com urgência o novo destino do mesmo.

SERVIÇO MILITAR

GEN R-1 FELICÍSSIMO DE AZEVEDO AVELINE

O jornal "Correio do Povo," tradicional órgão da Imprensa do Rio Grande do Sul, em seu número de nove de janeiro de 1962, publica sob o título "Contrário à Recente Lei Relativa Ao Serviço Militar o Presidente do D.C.E.," o seguinte:

"Como noticiamos, foi, há pouco sancionada pelo presidente da República, Lei pela qual todo o estudante que estiver cursando o 2º ciclo não mais terá de servir em corpo de tropa, mas somente no CPOR ou NPOR. A respeito dessa medida, o presidente em exercício do Diretório Central de Estudantes da Pontifícia Universidade Católica, José Antônio Cruz de Módena observa que ela, sem dúvida, irá beneficiar os estudantes até certo ponto, fazendo, por exemplo, que os secundaristas não interrompam seus estudos e com que os mesmos não fiquem sem preparo militar para qualquer emergência.

Considera, no entanto, o presidente do DCE, prejudicial a referida lei, pelas seguintes razões: em primeiro lugar, os corpos de tropa serão vistos pela coletividade como repositórios de elementos pouco instruídos ou analfabetos; depois grande parte da juventude ficará sem preparo militar, "formando-se, desta forma líderes completamente alheios a este importante setor, cuja missão é defender a pátria." A isenção do serviço militar, trará, também, segundo José Antônio C. de Módena, uma falta de preparo cívico, eis que, atualmente, somente ele dá aos estudantes a instrução cívica adequada, a fim de deixá-los, imunes a ideologias estrangeiras.

"O estudante não será prejudicado — diz finalmente o presidente do DCE — mas a pátria sim, pois formará uma reserva menor. A intenção do deputado Raimundo Chaves foi boa, mas parece-nos ter encontrado uma solução não adequada. O essencial seria o Sr. deputado trabalhar para que o estudante prestasse o serviço militar sem prejudicar seus estudos e não entregar ao mesmo uma carteira de 3ª categoria, por ser excedente de matrícula do CPOR, ou porque não existe este órgão em seu município."

Nas sucintas declarações desse moço, preocupado com os reais e verdadeiros interesses da Pátria e do povo, que para manterem sua integridade e liberdade precisam de soldados, na afirmação ainda hoje atual e insuspeita do grande Rui quando disse: "Os povos que creem mais em seus direitos do que em seus Marinheiros e Soldados,

cavam a própria ruína, estão fadados a desaparecer do concôrto das nações," vemos um brado de alerta à consciência dos políticos brasileiros da atualidade.

Nas palavras do jovem estudante sul rio-grandense, que ocupa lugar de destaque em sua classe, como presidente do Diretório Central de estudantes da Pontifícia Universidade Católica de Pôrto Alegre, parecem ecoar os brados de alerta e de civismo de Bilac, ao conchamar os moços de então para o serviço da caserna, e que a seu chamamento patriótico acorreram em massa aos quartéis no Rio de Janeiro e em São Paulo, nos obscuros dias da primeira grande guerra mundial.

"A isenção do serviço militar, trará também, segundo José Antônio Cruz de Mórdena, uma falta de preparo cívico, eis que, atualmente, somente êle dá aos estudantes a instrução cívica adequada, a fim de deixá-los imunes a ideologias estrangeiras," com estas palavras de suas patrióticas e sensatas declarações, alerta o jovem estudante a mocidade brasileira, e aponta-lhe o "rumo á caserna", numa sadia orientação.

Que outros moços tenham a coragem e altivez de se rebelarem e protestarem contra leis dúbias como esta, e que servem de refúgio a alguns espíritos fracos que os há entre nós, e em todos os povos.

— Os livros são para a humanidade o que a memória é para o indivíduo. Eles contêm a história de nossa raça, as descobertas que fizemos, o conhecimento acumulado e a experiência das cidades, retratam para nós as maravilhas e belezas da Natureza, auxiliam-nos em nossas dificuldades, confortam-nos em nossas aflições e sofrimentos, transformam as horas de tédio em momentos agradáveis, abastecem de idéias nossas mentes, enchem-na de bons e felizes pensamentos e os libera de nós mesmos — *Sir John Lubbeck.*





- Estaremos selecionando adequadamente nossos soldados, nossos graduados, nossos oficiais, nossos comandantes e nossos oficiais de estado-maior ?

Leia observações a essa pergunta no artigo "Idéias sobre seleção do pessoal militar", de autoria do Ten-Cel Ferdinando de Carvalho, que será publicado no próximo número desta revista, o qual conterà mais :

- **Problemas de um comandante de grupamento de combate**

Maj Alvaro Galvão Pereira

- **Evolução histórica da Arma de Cavalaria**

Maj W. Roberto de Cunha e Menezes

- **Televisão educativa**

Maj Taunay Drumond Coelho Reis

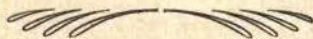
- **Construção de casas para o militar do Exército**

Cap José Aldo Peixoto Corrêa

- **Desenvolvimento brasileiro : ONU está presente**

- **Insurreição e Contra-insurreição**

- **Contra-guerrilha**





Preço do Exemplar

Cr\$ 50,00

SMG
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1962